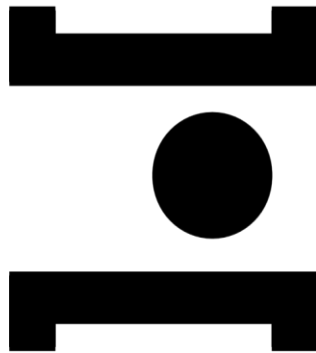


INSTITUTO POLITÉCNICO DE SANTARÉM
Escola Superior de Educação



**POLITÉCNICO
DE SANTARÉM**

**INCLUSÃO DE CRIANÇAS MIGRANTES
NUMA ESCOLA BÁSICA**

Trabalho de Projeto

Mestrado em Administração Educacional

Rute Isabel Matos Correia

Orientação:

Professora Doutora Maria João Cardona

Fevereiro, 2026

Dedicatória

Dedico este trabalho às minhas queridas filhas Carminho e Íris, que são a razão do meu sorriso e a força que me impulsiona a ser melhor cada dia. Cada linha escrita transporta o amor incomensurável que sinto por vocês. Esta minha conquista também é vossa, uma vez que são o meu maior motivo para continuar a lutar e acreditar.

Aos meus estimados pais, que partiram cedo demais, deixo esta conquista como homenagem. Tenho a certeza de que, onde quer que estejam, continuam a acompanhar-me com o mesmo orgulho, amor e carinho que sempre me deram.

Agradecimentos

A concretização deste trabalho representa o culminar de um percurso enriquecedor, mas também desafiante. Ao longo de todo este processo, foram imensas as pessoas que, de diversas formas, contribuíram para a sua realização, a todas elas expresso a minha mais sincera gratidão.

À minha orientadora, a Professora Doutora Maria João Cardona, agradeço profundamente a disponibilidade constante, assim como as valiosas reflexões que bastante enriqueceram este trabalho. A sua confiança e orientação foram fundamentais para que este percurso fosse possível.

A todos os docentes deste Mestrado, agradeço pelo conhecimento partilhado, pelo estímulo à reflexão crítica e pelo contributo essencial para o meu crescimento pessoal e académico.

À escola onde desenvolvi este estudo, assim como a todos os profissionais que nela colaboraram, agradeço a disponibilidade e a cooperação.

À minha família agradeço o apoio constante e a força com que sempre me impulsionaram a seguir em frente.

Aos colegas que partilharam comigo este percurso, deixo um agradecimento sentido pelas conversas, pelo apoio mútuo e pela motivação nos momentos mais desafiantes.

Acrónimos/Siglas

ACM - Alto Comissariado para as Migrações

AKF - Fundação Aga Khan

CNE – Conselho Nacional de Educação

DGE – Direção Geral de Educação

DGEEC - Direção-Geral de Estatísticas da Educação e Ciência

ME - Ministério da Educação

OECD - Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico

PISA - Programa Internacional de Avaliação dos Alunos

PEDIME - Plano Estratégico de Desenvolvimento Intermunicipal da Educação no Médio Tejo

PLNM – Português Língua Não Materna

REEI - Rede de Escolas para Educação Intercultural

UNESCO - Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura

Resumo

O aumento dos fluxos migratórios leva a uma maior diversidade linguística e cultural nas escolas portuguesas, exigindo práticas inclusivas que assegurem igualdade de oportunidades no acesso à educação.

São colocados novos desafios à escola e aos docentes, que necessitam de reformular estratégias e metodologias para garantir a plena integração de todos os alunos.

A investigação pretendeu compreender os fatores que contribuem para a inclusão das crianças migrantes em contexto escolar, analisando três dimensões: as perceções da Direção e Coordenação (Departamento do 1.º Ciclo do Ensino Básico e de um estabelecimento de ensino) sobre os fatores que dificultam ou potenciam a inclusão; o papel da Direção na sua promoção e a relevância das estruturas intermédias na implementação de medidas inclusivas. Recorrendo a entrevistas semiestruturadas e inquéritos por questionário, a investigação revelou avanços nas políticas e práticas de inclusão, mas também limitações. Concluiu-se que a inclusão das crianças migrantes requer práticas pedagógicas diferenciadas e políticas coerentes, sendo um pilar essencial para comunidades educativas mais equitativas e interculturais.

Como projeto de melhoria a implementar sugerimos promover a inclusão de alunos migrantes no 1.º Ciclo do Ensino Básico através de apoio psicopedagógico, linguístico e cultural. Pressupõe ações de integração e de acolhimento que incluem aulas de PLNM, atividades interculturais, apoio emocional, assim como formação contínua para a comunidade educativa. A existência de um guia de acolhimento para alunos migrantes e respetivos encarregados de educação com as orientações a seguir em todo o processo de integração também foi considerado crucial.

Palavras-chave: inclusão escolar, alunos migrantes, diversidade cultural e linguística.

Abstract

The increase in migratory flows leads to greater linguistic and cultural diversity in Portuguese schools, requiring inclusive practices that ensure equal opportunities in access to education. This situation poses new challenges for schools and teachers, who need to reformulate strategies and methodologies to guarantee the full integration of all students.

The research aims to understand the factors that contribute to the inclusion of migrant children in educational contexts, analyzing three dimensions: the perceptions of School Leadership and Coordination (the Department of the 1st Cycle of Basic Education and a specific school) regarding factors that hinder or promote inclusion; the role of School Leadership in fostering inclusion; and the relevance of intermediate structures in implementing inclusive measures.

Using semi-structured interviews and questionnaires, the study revealed advances in inclusion policies and practices, but also some limitations. The findings suggest that the inclusion of migrant children requires differentiated pedagogical practices and coherent educational policies, constituting an essential pillar for building more equitable and intercultural learning communities.

As an improvement project to be implemented, the study proposes promoting the inclusion of migrant students in the 1st Cycle of Basic Education through psychopedagogical, linguistic, and cultural support. The proposed actions include integration and welcoming activities, Portuguese as a Non-Native Language (PLNM) classes, intercultural initiatives, and emotional support, alongside continuous professional development for the educational community and collaboration with families and local partners, fostering school cohesion and empathy. The creation of a Welcome Guide for migrant students and parents, providing clear guidelines throughout the integration process, was also considered essential.

Key-words: school inclusion, migrant students, cultural and linguistic diversity.

ÍNDICE

Dedicatória	II
Agradecimentos	III
Acrónimos/Siglas	IV
Resumo.....	V
Abstract	VI
ÍNDICE.....	VII
Índice de tabelas	IX
Índice de quadros.....	IX
INTRODUÇÃO	1
I – FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA.....	4
1.1. Políticas educativas e inclusão escolar em Portugal	4
1.2. Desafios no Campo da Educação	6
1.2.1. Diversidade Cultural e a Escola	11
1.2.2. Inclusão: perspetiva sociocultural e pedagógica.....	13
1.2.3. Educação intercultural: princípios e práticas.....	14
1.2.4. A criança migrante: desafios e potencialidades	17
1.3. Papel da escola na integração de crianças migrantes.....	19
II – CONTEXTUALIZAÇÃO DO TRABALHO DE PROJETO	25
2.1. Objetivos e questões de investigação que fundamentam o Trabalho de Projeto	27
2.2. Caracterização do contexto e dos participantes.....	28
2.3. Opções metodológicas para recolha e análise de dados	29
2.3.1. Inquérito por questionário	29
2.3.2. Entrevista semiestruturada	30
2.4. Apresentação e análise dos resultados	32
2.4.1. Resultados dos inquéritos por questionário	32
2.4.2. Resultados das entrevistas	45

2.4.3. Síntese final da análise de dados	49
2.5. Fases do estudo que fundamentam o Projeto	52
2.6. Considerações Éticas na Investigação	53
III - PROPOSTA DE INTERVENÇÃO	54
3.1. Justificação da pertinência do Projeto	54
3.2. Objetivos do Projeto de Intervenção	55
3.3. Estrutura do Projeto	55
3.4. Recursos Necessários	56
3.5. Cronograma de Implementação	57
3.6. Avaliação do Projeto de Intervenção	57
3.7. Instrumentos de Recolha de Dados	58
CONSIDERAÇÕES FINAIS	59
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	61
LEGISLAÇÃO CONSULTADA	67
ANEXOS	68
ANEXO A – Inquérito por questionário aos docentes	69
ANEXO B – Guião da entrevista aos elementos da Direção e Coordenação	74
ANEXO C – Transcrição das Entrevistas	77
ANEXO D – Análise dos dados recolhidos das entrevistas	97
ANEXO E – Autorização	110

Índice de tabelas

Tabela 1 – Caracterização das entrevistadas	31
--	-----------

Índice de quadros

Quadro 1 - Idade dos participantes	32
Quadro 2 - Grau académico	32
Quadro 3 - Relação com grupo/turma	33
Quadro 4 - Tempo de serviço na escola	34
Quadro 5 - Tempo de serviço	34
Quadro 6 - A escola está preparada para promover a inclusão de crianças migrantes?	35
Quadro 7 - Principais desafios enfrentados na inclusão de crianças migrantes	36
Quadro 8 - Considera-se preparado(a) para lidar com a diversidade cultural em sala de aula?	38
Quadro 9 - Como caracteriza o envolvimento das crianças migrantes nas atividades escolares?	39
Quadro 10 - Medidas implementadas para promover a inclusão de crianças migrantes	39
Quadro 11 - Estratégias que considera mais positivas para a inclusão de crianças migrantes na escola	41
Quadro 12 - Avaliação do impacto das estratégias de inclusão já implementadas	42
Quadro 13 - Melhorias Sugeridas para a Inclusão de Crianças Migrantes na Escola	43

INTRODUÇÃO

Este estudo está subordinado ao tema Inclusão de Crianças Migrantes numa Escola Básica, surge no âmbito do Mestrado em Ciências da Educação/Administração Educacional, e tem por objetivo compreender de que forma a liderança escolar, representada pela Direção e pelas estruturas intermédias (Coordenação), influencia a promoção da inclusão de crianças migrantes no contexto educativo, pretendendo-se investigar as perceções dos agentes educativos acerca dos fatores que favorecem ou dificultam a inclusão desses alunos, reconhecendo a escola como um espaço privilegiado de integração cultural e social.

Atualmente, deparamo-nos com um crescente fluxo migratório, e consequentemente, com uma enorme diversidade cultural. De acordo com Ramos (2007), o registo do número de fluxos migratórios evidencia uma propensão evolutiva, prevendo-se que no ano de 2050 sejam registados cerca de 230 milhões de migrações a nível internacional. Face às múltiplas vagas de migração somos uma sociedade multicultural, onde predominam as mais diversas raças, línguas, etnias e culturas (Botas, 2017).

Sob o ponto de vista de Ramos (2007), o aumento dos fluxos migratórios relacionados com a forte mobilidade da população acaba por se difundir a nível mundial, envolvendo os mais diversos setores sociais que constituem as sociedades, sendo considerados mais diversificados quando os comparamos com o passado. Aliás Portugal é um espaço de encontro das mais variadas culturas dentro do mesmo espaço, o que nos possibilita um enriquecedor diálogo cultural, contactando com diferentes estilos e modos de vida. Face a esta realidade, o diálogo e a condescendência deverão ser valores essenciais para que se respeite e compreenda as variadíssimas culturas existentes.

Miguéns (2008, p.9, citado por Leonor, 2015, p.35) refere que os movimentos migratórios promoveram uma panóplia de culturas, “de estilo de aprendizagens, de modos de ver e de estar, de enquadramentos sociais, de valores de referência, de ambições e de estruturas familiares...”, os quais fazem com que surjam imensos desafios aos professores e à escola, os quais não são nada fáceis de ultrapassar. As escolas devem assumir-se como espaços privilegiados de integração, onde se procure o respeito pela equidade, diversidade e inclusão. A presença de crianças provenientes de vários contextos sociais e culturais requer um desempenho a nível educativo mais sensível, que responda de modo eficaz a cada especificidade. Martins (2008) salienta que é imprescindível implementar políticas educativas inclusivas, em que se encare a diversidade como uma mais-valia e não como uma barreira ao processo de ensino e aprendizagem. É essencial que os estabelecimentos de ensino possuam mecanismos de acolhimento que envolvam quer os alunos, quer as suas famílias,

facilitando e promovendo uma relação de confiança e proximidade entre a comunidade e a escola. Para garantir uma transição bem-sucedida para estas crianças é primordial existir estratégias tais como a mediação intercultural, o ensino da língua do país de acolhimento, a valorização das culturas e línguas de origem e o apoio psicossocial. Também os docentes assumem um papel central em todo este processo, uma vez que são agentes ativos na promoção de práticas pedagógicas inclusivas e reflexivas e necessitam de ser culturalmente sensíveis, a fim de responder às necessidades de cada aluno de forma equitativa. É suposto a sua formação contínua capacitá-los para trabalhar com estes contextos multiculturais e com as realidades complexas vivenciadas por muitos dos alunos migrantes.

A escola, perante esta nova realidade tem o dever de se reinventar frequentemente, ajustando as suas práticas e currículos às exigências de uma sociedade em constante transformação, sendo cada vez mais globalizada. Só assim é que se poderá assumir verdadeiramente como promotora de inclusão e de cidadania ativa. A todas as crianças deverão ser dadas as mesmas oportunidades, tendo em atenção as suas características e necessidades, independentemente da sua cultura ou origem.

Relativamente ao acolhimento de crianças e jovens recém-chegados a um novo país, é necessário assegurar, logo, o seu direito à educação, assim como, um acesso completo a todas as oportunidades de modo a proporcionar sucesso escolar a todos, sendo este um importante indiciador de desenvolvimento, integração e coesão social (Ramos, 2007). Há que encarar os movimentos da migração como uma oportunidade de se desenvolverem as mais variadíssimas experiências para as crianças. Assim sendo, os agentes educativos, devem encarar a diversidade cultural como um forte potencial que proporciona vivências e experiências que possibilitem desenvolver uma consciencialização sobre a diversidade e a importância que ela assume. É essencial termos uma educação de qualidade no processo de adaptação dos migrantes à comunidade de acolhimento.

Esta investigação pode ser analisada em dimensões distintas. Sob o ponto de vista académico contribui para o aprofundamento do debate sobre práticas de inclusão, com autores como Ainscow e Booth (2002), que defendem a escola como comunidade apta a eliminar barreiras à aprendizagem. Relativamente ao ponto de vista social, a inclusão escolar das crianças migrantes corresponde ao princípio da equidade educativa valorizado por organismos internacionais tais como a UNESCO (1994) na *Declaração de Salamanca*, que defendem que as escolas devem acolher todas as crianças, independentemente das suas condições sociais, pessoais ou culturais. No que diz respeito ao ponto de vista profissional, este estudo surge da consciência de que os nossos estabelecimentos de ensino portugueses enfrentam desafios constantes no que se refere à integração de alunos migrantes, sendo fundamental repensar práticas pedagógicas e políticas que promovam a construção de ambientes educativos inclusivos.

Este projeto está dividido em três partes. A primeira parte diz respeito ao enquadramento teórico no contexto da inclusão das crianças migrantes. Na segunda parte aborda-se a metodologia do projeto, passando pelos objetivos e pelas questões de investigação que orientam o estudo, segue-se a caracterização do contexto e dos participantes, incluindo os instrumentos utilizados na recolha de dados e os procedimentos de análise. Apresentam-se e analisam-se os resultados, que culminam no desenho de um plano de intervenção. Por fim são apresentadas as considerações finais.

Com esta estrutura pretende-se compreender os fatores que condicionam a inclusão das crianças migrantes e contribuir para o robustecimento de políticas e práticas que promovam escolas mais equitativas e inclusivas.

I – FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

1.1. Políticas educativas e inclusão escolar em Portugal

O aumento da diversidade cultural nas escolas portuguesas impõe um reforço das práticas pedagógicas e das políticas públicas orientadas para a inclusão. De 2018 a 2023, o número de alunos migrantes aumentou cerca de 160 %, apresentando hoje cerca de 14 % dos estudantes no ensino básico e secundário (OECD, 2024).

A inclusão escolar trata-se de um princípio fundamental do sistema educativo português, que procura garantir a igualdade de oportunidades a todos os alunos, principalmente refugiados, migrantes e outros grupos vulneráveis. Ao longo dos últimos anos, foram implementados vários programas, projetos e diplomas para fortalecer a igualdade e combater a exclusão. Assim sendo, o nosso país, nos últimos anos, destacou-se pela adoção de políticas que procuram promover a integração de migrantes, incluindo o acesso à educação e a promoção da igualdade de oportunidades. Contudo, a análise dessas políticas evidencia avanços, mas também limitações que comprometem a sua eficácia.

A partir de 2018, o Decreto-Lei n.º 54/2018 e o n.º 55/2018 estruturaram a inclusão escolar dos alunos migrantes, criando bases normativas para a avaliação diferenciada, a flexibilização curricular, o ensino de Português Língua Não Materna (PLNM) e equipas multidisciplinares (EMAEI).

Portugal inclui as orientações europeias a fim de promover diversidade e combater a discriminação na escola, conciliando o financiamento para apoio a alunos em situação de fragilidade socioeconómica. O Programa Nacional para a Educação Intercultural e a Política Nacional para a Integração de Migrantes revelam limites essenciais no que diz respeito ao reconhecimento da diversidade linguística e cultural nas escolas portuguesas (Almeida, 2018; ME, 2021). Estas políticas integram princípios de inclusão, respeito e igualdade, pelos direitos humanos, promovendo medidas específicas, tais como a formação de professores em educação intercultural, o ensino do português como língua não materna e o envolvimento das famílias migrantes.

Aliás, a perspetiva da criação de ambientes educativos interculturais revela um compromisso com a valorização da diversidade enquanto fator enriquecedor, em conformidade com as melhores práticas internacionais (Banks, 2015).

No entanto, as políticas sofrem desafios bastante significativos na sua implementação prática, apesar dos avanços estruturais.

As políticas são aplicadas de modo diferente, tendo em conta os recursos disponíveis, o contexto socioeconómico das escolas e a sensibilização dos intervenientes escolares, causando assim **desigualdade na aplicação local** (Fonseca et al., 2022). Ou seja, alguns estabelecimentos de ensino têm acesso restrito a mediadores culturais, técnicos especializados ou formação adequada, condicionando a qualidade do apoio que é prestado.

A carência de recursos humanos e financeiros condiciona a capacidade das escolas para dispor de respostas contínuas e eficientes, essencialmente para crianças que carecem de acompanhamento prolongado, quer ao nível psicossocial quer ao nível linguístico, uma vez que os recursos são insuficientes (Almeida, 2018).

A **formação dos docentes também é limitada**, ainda que existam programas de formação, os mesmos não são gerais nem devidamente investigados para garantir que todos os professores desenvolvam estratégias pedagógicas inclusivas e competências interculturais (ME, 2021).

Ocasionalmente, as políticas e as práticas focam-se no domínio da língua e na adaptação dos alunos migrantes à cultura dominante, apresentando somente uma **abordagem centrada na assimilação**, desvalorizando as identidades culturais desses mesmos alunos, o que pode conduzir a um sentimento de perda de identidade ou até mesmo de exclusão (Suárez-Orozco et al., 2011).

Também existe um **foco insuficiente na participação das famílias**, uma vez que estas políticas não preveem mecanismos eficazes para as famílias migrantes, que muitas das vezes defrontam barreiras culturais, linguísticas e burocráticas que comprometem a sua integração no ambiente social e escolar (Epstein, 2011).

De forma a superar estas limitações, devem evoluir as políticas de integração para uma abordagem mais equitativa e holística, considerando o aprofundamento da formação dos professores em educação intercultural, com acompanhamento e avaliação contínuos; a valorização das culturas dos alunos migrantes, desenvolvendo pedagogias inclusivas e currículos específicos que respeitem a diversidade; a promoção da participação e do envolvimento ativo das famílias migrantes, através da valorização do seu papel na comunidade escolar e de estratégias de comunicação acessíveis; a aplicação de uma rede de recursos apropriada e permanente para todos os estabelecimentos de ensino, garantindo suporte cultural, linguístico e psicossocial e a supervisão e avaliação sistemática das políticas para regular intervenções consoante as necessidades efetivas das escolas e das comunidades.

A eficácia das políticas de integração, no nosso país, depende da capacidade de traduzir essas orientações em práticas equitativas e consistentes, aliás, a superação das limitações atuais requer investimentos a nível estrutural, alteração cultural nas escolas e construção de parcerias efetivas entre as famílias, a escola e a comunidade.

Como práticas efetivas nas escolas temos a Rede de Escolas para Educação Intercultural (REEI) e programas tais como “Cultura de Encontro” que englobam mentorias, mediação cultural, projetos interculturais e formação docente (OCDE e PISA, 2018). Aliás, a Rede de Escolas para Educação Intercultural (REEI): coordenada por DGE, ACM e Fundação Aga Khan, envolve cerca de 47 agrupamentos nos quais existe a partilha de boas práticas ao nível de três dimensões: currículo, comunidade e cultura organizacional (Ministério da Educação, 2017). Já o Kit Intercultural Escolas através dos seus recursos pedagógicos, guias e ferramentas promove identidade e presença cultural e combate a discriminação (Observatório das Migrações, 2023). O Programa Escolhas: financiado pelo ACM, promove a inclusão de crianças migrantes e minorias, atuando em territórios considerados vulneráveis.

As recomendações para as políticas e a sua prática são essencialmente:

- Formação contínua de docentes em estratégias interculturais e didática do Português Língua Não Materna, com aprofundamento de competências plurilingues.
- Reforço do Português Língua Não Materna como disciplina curricular, com níveis diferenciados (por ex.: “nível 0” para principiantes), integrando-a nas aulas regulares.
- Aumento de recursos humanos em todos os agrupamentos com um índice de migração considerável, tais como: mediadores culturais, psicólogos, técnicos sociais e recurso a equipas EMAEI para identificação precoce e acompanhamento personalizado, sempre que necessário.
- Monitorização de forma sistemática os dados para avaliar as desigualdades, reduzir a segregação e reforçar as boas práticas curriculares e comunitárias.
- Consolidação da REEI e Kit Intercultural para a partilha de materiais, recursos, formação e cultura escolar.
- Flexibilização do currículo e aulas individuais ou em pequenos grupos para principiantes em português, integradas no plano curricular regular.

1.2. Desafios no Campo da Educação

Com o aumento do número de migrantes, são imensos os desafios que os sistemas educativos atuais têm sofrido. As instituições educativas são espaços onde os alunos passam muito do seu tempo e, desta forma, devem ser ambientes ponderados e respeitadores das necessidades e características de cada aluno. O convívio entre as múltiplas culturas é uma constante, contudo, ainda prevalecem atitudes e comportamentos que criam barreiras entre esses grupos.

Lorigo (2011) refere que a escola assume um papel central no desenvolvimento de competências e na transmissão de valores, tais como o respeito pelo outro. Assim como acontece na sociedade em geral, a instituição educativa é assinalada por divergências culturais que criam várias necessidades. A fim de se apresentar uma resposta adequada a esta diversidade atual, é primordial que se olhe para cada criança como única, considerando a sua personalidade e características próprias, acautelando as diferenças e reconhecendo-as com elementos fundamentais a desenvolver.

A diversidade, de acordo com a Direção Geral da Educação (2022, p. 4) necessita de ser vista como “um meio privilegiado para enriquecer as experiências de aprendizagem”, uma vez que é promotora de aprendizagens significativas para todos. Aliás, os agentes educativos assumem um papel basilar a desenvolver práticas e estratégias que promovam uma maior justiça social que seja capaz de diminuir as desigualdades (Silva e Silva, 2018).

É essencial assegurar a plena inclusão de todas as crianças, de modo a garantir uma educação de qualidade, independentemente da sua origem ou cultura e, para isso, é importante recorrer a práticas pedagógicas assentes em valores tais com o respeito pela diferença, a condescendência e a igualdade.

Segundo Rodrigues (2013) uma educação de qualidade encara cada aluno como único, como um ser individualizado, que tem necessidades e interesses próprios, necessitando de ser aceite por todos os membros da comunidade educativa. Assenta na oferta de vivências significativas e motivadoras que possibilitem à criança tornar-se adulto consciente e capaz de seguir as alterações sociais.

Como destaca Martins (2008, p. 78), “(...) é através da educação que se transmite aos jovens grande parte dos conhecimentos e comportamentos que garantem a plena integração destes nas sociedades e a continuidade das mesmas”. A educação assume um papel essencial na adaptação dos migrantes na comunidade de acolhimento. Assim sendo, a escola possui uma grande responsabilidade no que diz respeito à construção e ao desenvolvimento de valores inerentes à diversidade, respeito pela diferença e promoção de uma sociedade mais inclusiva que valorize a diversidade cultural.

A sala de aula deve ser um espaço de integração das variadíssimas culturas, um local onde os estudos sobre as outras culturas fazem a diferença no que diz respeito a educar o ser humano para conviver com a diversidade e ultrapassar a discriminação. (Morais e Velanga, 2021).

Por conseguinte, a educação necessita de formar alunos conscientes e providos de bons valores, pelo que é necessário que seja de qualidade e que consiga formar adultos capazes de viver numa sociedade igualitária e justa.

Segundo a Direção Geral da Educação (2022) é essencial proporcionar ambientes educativos acolhedores e seguros que valorizem o respeito e o acolhimento, sob a forma de integração das crianças migrantes, assim como, das suas famílias, na comunidade escolar.

Sendo uma instituição promotora de socialização, compete às escolas, auxiliar estes alunos, através de estratégias e instrumentos que lhes possibilitem ultrapassar barreiras consequentes de experiências pouco positivas.

A escola necessita de aceitar a diversidade, encarando-a como uma riqueza, em que todas as crianças são aceites e usufruem das mesmas oportunidades. Aliás, as atitudes como a discriminação e o preconceito, em contexto educativo, são obstáculos ao sucesso educativo de migrantes, devendo ser extintas através de práticas inclusivas.

Os paradigmas educativos, palco constante de diversidade, exigem mudanças significativas que vão desde a revisão dos currículos e dos materiais escolares até à formação dos professores para a abordagem e valorização da diferença.

Compete ao docente entender o impacto do trauma no desenvolvimento das crianças e conhecer os acontecimentos vivenciados pelos seus alunos de forma a planificar atividades motivadoras e que facilitem o processo de autorregulação emocional (Musumeci, 2021). Aliás, a escola deve garantir o bem-estar de todos os seus alunos, identificando as suas capacidades e harmonizando espaços para a autorregulação emocional e a expressão apropriada das emoções, pontos cruciais para o sucesso educativo.

O Perfil de Professores Inclusivos (Agência Europeia para o Desenvolvimento da Educação Especial, 2012) menciona que os docentes possuem uma influência enorme no que diz respeito à autoestima dos seus alunos e, naturalmente, acerca do seu potencial de aprendizagem.

A implementação de abordagens pedagógicas sensíveis ao trauma requer a criação de ambientes em que as crianças se sintam seguras e emocionalmente apoiadas. Aliás, este tipo de ambiente deve ser caracterizado por calma, previsibilidade e respeito às necessidades individuais dos alunos. Estudos mostram que experiências traumáticas na infância podem impactar, significativamente, o desenvolvimento emocional, cognitivo e social, comprometendo o bem-estar e o desempenho escolar da criança (McConnico et al., 2016). Os sistemas educativos ainda apresentam lacunas a nível de práticas e políticas sistematizadas que forneçam um apoio adequado a essas crianças, apesar da crescente consciencialização sobre os efeitos do trauma em contexto educacional. Aliás, em imensos casos, a ausência de formação dos educadores/professores e o desconhecimento referente aos impactos do trauma dificulta uma resposta eficaz às necessidades desses mesmos alunos. A construção de ambientes de aprendizagem seguros, positivos e confiáveis surge como uma estratégia essencial para a mitigação dos efeitos hostis do trauma. Aliás, espaços promotores de confiança, empatia e estabilidade emocional podem funcionar como fatores de

proteção, auxiliando o processo de recuperação emocional e a resiliência. Além do mais, o papel do professor é central, uma vez que para além de mediador do conhecimento, também deve ser encarado como figura de apoio, disponível para orientar, acolher e escutar (Trauma Sensitive Schools, 2017). Quando nos referimos a implementar práticas pedagógicas sensíveis ao trauma pressupõe reconhecer sinais de sofrimento emocional, cultivar uma cultura escolar inclusiva, adaptar métodos de ensino e rotinas, onde todos os alunos se sintam respeitados e valorizados. Para que isso aconteça há que investir na formação contínua dos educadores/professores, na articulação com profissionais de saúde mental e na construção de políticas escolares que deem prioridade ao bem-estar emocional como parte integrante do processo educativo.

Como refere Seabra (2017, p. 763), “a educação para todos é um direito que está plasmado na legislação portuguesa, e em direção ao qual se têm dado passos significativos, mas que está ainda longe da sua plena consecução.”, uma vez a educação está consagrada na legislação portuguesa como um direito fundamental. Impõe-se a necessidade de responder de modo eficiente e eficaz às especificidades de cada criança, tendo em conta o aumento da diversidade cultural nas escolas. Aliás, a Direção-Geral da Educação (2022, p. 3) salienta que a escola deve ser “um meio de promover a justiça social e a igualdade de oportunidades para todas as crianças e jovens na formação do indivíduo como cidadão participativo”. Por conseguinte, os estabelecimentos educativos necessitam de assumir uma visão mais aberta, no que diz respeito à mudança e inovação, criando uma postura mais dinâmica. Estas exigências requerem “novos posicionamentos, sendo um motivo para a modernização do ensino, para que os professores aperfeiçoem as suas práticas, tendo em conta um ensino de qualidade para todos.” como refere Botas (2017, p. 43), sendo que a criação de uma escola inclusiva é imperativamente pedagógica e ética. Aliás, a escola inclusiva, segundo Lopes (2019, p. 167) “consiste na realidade de todos os/as alunos/as aprenderem juntos, independentemente das dificuldades e das diferenças que apresentem.” As práticas pedagógicas devem ser adaptadas às especificidades, necessidades os alunos, respeitando os seus interesses, contextos socioculturais e os próprios ritmos. Aliás, os pilares fundamentais da escola inclusiva assentam na valorização das experiências culturais dos alunos, na diferenciação pedagógica e na criação de ambientes de aprendizagem significativos. Há que promover, em cada criança experiências educativas que requeiram a sua participação ativa, bem como, o seu sucesso escolar como salienta Lopes (2019). As escolas devem tornar-se espaços de encontro, de partilha onde os valores tais como a tolerância, o respeito e a igualdade sejam vividos todos os dias. Há que respeitar as tradições dos alunos e a sua identidade cultural, esses são aspetos fundamentais, neste processo. Como Duarte (2019, p. 20) refere “espera-se da escola atual um papel mais preponderante no processo de integração e inclusão de todos aqueles que a frequentam, principalmente os

pertencentes aos grupos minoritários e os de origem imigrante que apresentam as maiores dificuldades na adaptação ao novo contexto.”

Como é defendido pela Comissão Europeia (2020), a escola deve ser um espaço que acolhe e aceita a diversidade, possibilitando o acesso a uma educação de qualidade a todos os alunos. Para que isso aconteça, é necessário adotarem um currículo inclusivo, que seja culturalmente sensível e abrangente, de modo a representar todas as crianças, promovendo o sentimento de pertença. Para tal é necessário que se desenvolvam estratégias promotoras de ensino diferenciado, a valorização da interculturalidade e a formação de professores. Seabra (2017, p. 765) sugere medidas tais como “a diferenciação (do estilo de ensino, atividades, recursos), ensinar explicitamente sobre a diferença, a aceitação [bem como] aumentar conhecimentos e competências na área da inclusão.” As instituições educativas devem refletirem, continuamente, proporcionando a integração dos filhos dos imigrantes e das minorias étnicas, sem que estes percam a ligação às suas origens. Como defende Duarte (2019, p. 23) as estratégias educativas necessitam de proporcionar integração sem assimilação forçada: “todas as estratégias visam a integração escolar desses alunos, sem nunca os deixarem perder as suas origens culturais.” Perante os desafios impostos pelo aumento dos fluxos migratórios e consequentemente a vasta diversidade cultural com que vivemos, é imprescindível repensar o papel da escola como espaço de acolhimento, em que se valoriza e respeita as diferenças. Deste modo, a inclusão de crianças migrantes pressupõe uma resposta educativa holística, baseada na diversidade, equidade e no respeito pelos direitos humanos. A construção de uma escola verdadeiramente inclusiva exige a participação, o envolvimento de toda a comunidade educativa, a implementação de práticas pedagógicas culturalmente sensíveis, a formação contínua dos docentes e a reformulação dos currículos. Só deste modo será possível criar uma educação de qualidade para todos, sem exceção. Acima de tudo, a escola inclusiva é uma escola de todos e para todos.

Tratando-se de um processo dinâmico direcionado para a promoção de uma educação de qualidade para todos, respeitando a diversidade pelas necessidades e expectativas de cada aluno e implicada com a eliminação de todas as formas de exclusão (UNESCO, 2020). Ocupa-se de uma abordagem que supera a compensação de desigualdades, propondo-se modificar a nível estrutural o sistema educativo em direção a uma maior justiça social e equidade.

Aliás, têm-se constatado progressos significativos a este nível. Rodrigues (2022) refere que a inclusão, antes considerada uma prática dirigida a grupos restritos de alunos em contextos específicos, tem evoluído, em Portugal, para uma prática cada vez mais global e transversal. Esta mudança engloba o envolvimento de toda a comunidade educativa, nomeadamente de professores, alunos, numa lógica de corresponsabilização conjunta.

Apesar de todos os avanços, há que reconhecer que a inclusão se trata de um processo de longo prazo, o qual está sujeito a ajustes. Aliás, o aumento da diversidade

cultural, social e linguística dos discentes requer a necessidade de se rever e adequar os objetivos, as práticas pedagógicas e as políticas educativas, procurando a construção de contextos verdadeiramente inclusivos (OECD, 2019).

1.2.1. Diversidade Cultural e a Escola

Em pleno século XXI, é necessário que a escola tenha a capacidade de se adaptar às diversas realidades dos seus alunos, procurando superar as suas necessidades, diferenças e potencialidades. Tavares e Sanches (2013) mencionam isso mesmo, é imprescindível a escola ir ao encontro das características individuais de cada aluno, tendo sempre em atenção as suas potencialidades e necessidades, transformando a diferença em algo valioso para o desenvolvimento de cada um, proporcionando benefícios para todos.

De acordo com Morais e Velanga (2021) a diversidade cultural, sendo uma constante na realidade das nossas escolas, deve ser vista não como uma barreira, mas sim como um potencial pedagógico e educativo. A cultura que sai do que é assumido como um modelo predominante permite aos alunos e aos professores uma aprendizagem significativa, uma vez que lhes proporciona contacto com diferentes e valiosas experiências que contribuem para o seu crescimento pessoal. Assim sendo, compete aos intervenientes educativos e instituições educativas desenvolver competências interculturais nos alunos, fazendo com que as escolas sejam espaços de inclusão em que todas as crianças, independentemente da sua identidade cultural, consigam aceder a uma educação de qualidade.

Assim como sucede com a sociedade, também as instituições educativas necessitam de reformular de modo contínuo as suas estratégias e práticas de acolhimento, de forma a incluir todas as crianças. Sendo um espaço de formação cívica e de socialização, a escola deve combater todas as situações de exclusão social e educativa, que ainda se verificam em vários contextos escolares, para isso é necessário responder às necessidades dos seus discentes. Só assim teremos crianças a aprender e a desenvolver competências fundamentais para a construção de uma cidadania equitativa e consciente.

O diálogo entre culturas, baseado na troca de experiências e valores, pressupõe uma mudança de postura e mentalidade de toda a comunidade educativa. Quer isto dizer que é primordial que as instituições educativas promovam a tolerância, o respeito e a aceitação da diferença, sensibilizando os alunos para o reconhecimento das diversas culturas atuais na nossa sociedade (Botas, 2017).

Tavares e Sanches (2013, p. 311) referem que “é necessário (...) formar os alunos em conjunto, procurando aproveitar o potencial educativo das suas diferenças”. Face ao aumento da diversidade cultural, há que estruturar e repensar o papel dos professores e das instituições

educativas, de modo que sejam ajustadas as práticas pedagógicas, criando estratégias que permitam uma mudança de atitude perante as minorias recém-chegadas.

Sendo um processo que apresenta, ainda, alguma complexidade, requer também uma atitude aberta dos docentes, exigindo formação contínua e acesso a informação.

A diversidade cultural existente na comunidade escolar precisa que as instituições educativas estejam atentas às muitas adversidades, modificando-se e ajustando-se às necessidades dos seus alunos.

Ao longo do tempo, diversos autores centraram-se na definição destes termos, sendo que existem significados e interpretações bastante oscilantes, os quais incidem em determinados aspetos. Aliás, de acordo com Pereira (2019) a diversidade cultural é um conceito que aglomera diferentes aspetos que fazem parte integrante de uma cultura, quer isto dizer, religião, costumes e tradições, organização familiar, política, idioma, entre outras características exclusivas de um grupo delimitado, não se relaciona somente a um tipo de diferença. Assim sendo, podemos entender por diversidade cultural, um conjunto de elementos que constituem uma determinada “cultura”, possibilitando que outras culturas existentes sejam diferenciadas. A presença de uma diversidade cultural cada vez mais evidente deve-se ao facto de que os movimentos migratórios são cada vez mais intensos, por parte dos “migrantes”.

A diversidade cultural constata-se também no público infantil e, de forma direta, atinge as dinâmicas pedagógicas e educativas. Uma vez que se trata de algo recente em imensos contextos, ainda não está contemplada na formação inicial dos docentes, esta temática. Morais e Velanga (2021, p. 18) avisam que: “(...) pode-se dizer que trabalhar a diversidade cultural, acolher essa diversidade em sala de aula é uma tarefa complexa e muitas vezes desafiante para o professor (...)”. Deste modo é essencial que os docentes sejam responsáveis e procurem formação contínua, adquirindo estratégias apropriadas à inclusão dos alunos de diferentes origens culturais.

Face a esta realidade, em 2015, a Agência Europeia para as Migrações decidiu definir algumas medidas para auxiliar a inclusão de crianças e jovens no sistema educativo português. Foi criado um Guia de Acolhimento, publicado pela Direção-Geral da Educação (2016), com o intuito de apoiar os docentes na inclusão destes alunos. Este guia apresenta orientações práticas, assim como, estratégias para facilitar o processo de acolhimento e integração destes jovens estudantes, proporcionando uma resposta educativa mais eficiente e sensível à diversidade.

1.2.2. Inclusão: perspetiva sociocultural e pedagógica

A inclusão requer uma profunda transformação relativamente às estruturas culturais e pedagógicas, garantindo que todos os alunos sejam reconhecidos, participem totalmente e consigam sucesso educativo. Ou seja, o conceito de inclusão escolar supera a simples integração de alunos com necessidades específicas.

Partindo de perspetivas socioculturais e pedagógicas, a inclusão é compreendida como uma mudança das práticas educativas, culturais e organizacionais nas escolas, a fim de garantir que todos os alunos, independentemente da sua cultura, capacidade, género ou origem consigam ser reconhecidos como parte integrante da comunidade educativa.

Perspetiva sociocultural da inclusão

Relativamente à perspetiva sociocultural da inclusão, esta baseia-se na equidade, justiça social e reconhecimento identitário. Neste contexto, a inclusão requer que as escolas acolham todas as diferenças (étnicas, linguísticas, culturais e socioeconómicas) não como um impedimento, mas como valor. Aliás, a abordagem sociocultural está enraizada na Declaração de Salamanca (UNESCO, 1994), em que se defende que a escola deve ser adaptada aos alunos e não o contrário.

De acordo com Silva & Pinto (2024) é destacada a relevância da articulação entre as escolas e os municípios de modo que se promovam culturas inclusivas. Por sua vez, Almeida (2023) demonstra a eficácia de abordagens integradas entre escola, família e comunidade.

Já o Conselho Nacional de Educação (CNE, 2023) salienta a necessidade de os estabelecimentos de ensino serem espaços de valorização da diversidade, participação democrática e cidadania ativa.

Por conseguinte, esta perspetiva centra-se no reconhecimento de diversidades culturais, linguísticas, de identidades e na justiça social, ou seja, não se trata de aceitar as diferenças, mas sim de construir espaços de diálogo e mudança (Rodrigues, 2020).

Perspetiva pedagógica da inclusão

Perante uma perspetiva pedagógica, a inclusão inclui a adaptação de práticas e formas de avaliação de modo a responder à diversidade de alunos. Aliás, Ramalho (2024) reforça a necessidade de formação de docentes para a construção de ambientes de aprendizagem que sejam verdadeiramente inclusivos.

A pedagogia inclusiva requer diferenciação na metodologia, colaboração entre docentes e profissionais de apoio e avaliação formativa.

Segundo Ainscow (2002), a inclusão pressupõe uma pedagogia que responda às necessidades diversificadas dos alunos, em que sejam adaptadas práticas, avaliação,

currículo e organização escolar. Isto significa que a inclusão pedagógica engloba: estratégias e metodologias diferenciadas e flexíveis; um currículo diferenciado, em que os objetivos e os conteúdos sejam adaptados às diferentes capacidades dos alunos; e uma avaliação formativa e adaptada. Assim sendo, todo este processo requer uma reflexão contínua da escola acerca da promoção do sucesso para todos.

Também como fundamental surge a dimensão socioemocional. Amaral et al. (2024) comprovam que a educação socioemocional beneficia bem-estar e climas escolares positivos, promovendo o sucesso escolar e a inclusão.

Não obstante a existência dos progressos, permanecem alguns desafios estruturais, nomeadamente a falta de formação específica dos docentes, a escassez de recursos, a resistência institucional à mudança e a necessidade de monitorizar de forma rigorosa as práticas inclusivas.

Assim sendo, são feitas algumas recomendações, nomeadamente:

- A integração curricular da educação socioemocional (Amaral et al., 2024);
- Uma maior articulação entre educação formal e não formal (Antunes & Fernandes, 2023);
- O fortalecimento das redes de apoio local e equipas multiprofissionais;
- O investimento na formação contínua de docentes (CNE, 2023).

Em suma, a inclusão escolar, sendo um processo dinâmico, exige um compromisso coletivo e uma constante evolução, no sentido em que a articulação entre perspetivas socioculturais e pedagógicas possibilita uma maior compreensão das potencialidades e dos desafios da inclusão, abrindo caminhos para uma escola mais eficiente, justa e democrática.

1.2.3. Educação intercultural: princípios e práticas

A educação intercultural integra um paradigma fundamental na construção de sociedades plurais, em que predomina a valorização das diferenças culturais e o diálogo entre identidades, sendo estes fatores decisivos para a promoção da equidade e da inclusão no sistema educativo. Aliás, este modelo pedagógico vai além da coexistência cultural, no sentido em que propõe uma interação enriquecedora e dinâmica entre culturas, visando a construção conjunta de conhecimento e respeito mútuo (Banks, 2015).

Baseia-se no reconhecimento da diversidade cultural como recurso social e educativo, considerando a participação ativa e o diálogo de todos os agentes educativos. A educação intercultural destaca-se como um modelo pedagógico fundamental para promover a inclusão e a equidade nas sociedades culturalmente diferentes. Trata de promover o desenvolvimento da competência intercultural, no sentido em que capacita os discentes para interagir eficaz e

respeitosamente em contextos multiculturais. Em relação às práticas pedagógicas aconselhadas, estas envolvem a formação contínua dos docentes para a diversidade cultural, a integração curricular de conteúdos plurais e a implementação de projetos colaborativos que estimulem o diálogo intercultural. Deste modo, a educação intercultural favorece a formação de cidadãos empáticos, críticos e preparados para os desafios da globalização.

No que concerne aos princípios da educação intercultural, um dos principais assenta na valorização e no reconhecimento da diversidade cultural como recurso social e pedagógico (Nieto, 2010). Tal supõe que as instituições educativas identifiquem as variadas identidades culturais dos seus alunos e promovam práticas que beneficiem a equidade, combatendo estereótipos e preconceitos (UNESCO, 2006).

A participação ativa de todos os agentes educativos (docentes, alunos, famílias e comunidade) na construção de ambientes de aprendizagem interculturais e inclusivos é outro princípio importante (García & Torres, 2018). Aliás, este envolvimento coletivo possibilita criar contextos em que as diferenças culturais são vistas como oportunidades para o enriquecimento social e pedagógico e não como barreiras.

Entenda-se também que a educação intercultural diligencia igualmente o desenvolvimento da competência intercultural, compreendida como a capacidade de comunicar, compreender e interagir eficientemente com pessoas de diferentes culturas, considerando a flexibilidade e a empatia (Deardorff, 2009). Aliás, esta competência é imprescindível para a formação de cidadãos prontos para atuar num mundo cada vez mais globalizado e culturalmente distinto.

No que diz respeito às práticas pedagógicas relacionadas à educação intercultural estas incluem a integração curricular de conteúdos que reflitam a diversidade cultural quer dos alunos quer da sociedade em geral (Banks, 2015). Passa pela utilização de materiais didáticos plurais, que compreendam diferentes culturas, evitando a predominância cultural.

A formação contínua dos professores também se revela fundamental para o sucesso da educação intercultural. Assim sendo, educadores/professores capacitados para lidar com a diversidade cultural implementam estratégias pedagógicas diversificadas, as quais ajustam às necessidades específicas de cada aluno (Gay, 2018).

Outra das práticas pertinentes consiste na promoção de projetos colaborativos entre discentes oriundos de distintos contextos culturais, favorecendo a construção partilhada de conhecimento e diálogo intercultural (Bennett, 2011). Assim, estes projetos ajudam no desenvolvimento de competências cognitivas e sociais fundamentais à convivência pacífica e à inclusão em sociedades diferentes culturalmente.

Como exemplos práticos: Em escolas onde existe um elevado número de alunos migrantes, a inclusão de festivais culturais em que se celebrem diferentes tradições (música,

culinária...) auxilia na construção de um espaço de orgulho e reconhecimento cultural, simplificando a valorização e integração das identidades dos alunos.

A educação intercultural exige o empenho colaborativo e ativo de todos os intervenientes no processo educativo (desde docentes, discentes, famílias e comunidade (García & Torres, 2018). Aliás, a participação democrática garante que todas as vozes sejam ouvidas, integradas e valorizadas na construção de práticas pedagógicas que respeitem as especificidades culturais dos discentes.

Em escolas portuguesas integradas em projetos comunitários, as reuniões regulares entre docentes, famílias imigrantes e associações culturais permitiram adaptar o currículo e práticas pedagógicas às necessidades reais da comunidade escolar, aumentando a motivação e o sucesso escolar dos alunos (Matos et al., 2021).

Relativamente à competência intercultural esta refere-se à capacidade de comunicar e interagir eficazmente em contextos culturalmente diversos, demonstrando empatia e flexibilidade (Deardorff, 2009). Com a educação intercultural procura-se desenvolver esta competência nos alunos, permitindo que estes se tornem cidadãos conscientes das complexidades culturais do mundo atual.

Uma prática central da educação intercultural é a inclusão de conteúdos que reflitam a pluralidade cultural dos alunos e da sociedade. Segundo Banks (2015), os materiais didáticos devem representar diversas culturas e narrativas, promovendo várias perspetivas e evitar uma cultura dominante.

A implementação de projetos colaborativos entre discentes de diversas origens culturais promove o diálogo, a interação e a construção conjunta de conhecimento (Bennett, 2011). Isto significa que estas experiências práticas proporcionam o desenvolvimento de competências cognitivas e sociais fundamentais para a convivência harmoniosa em sociedades multiculturais.

Por conseguinte, a educação intercultural configura-se como uma abordagem essencial para a construção de escolas equitativas e inclusivas, que valorizem a diversidade cultural e promovam a cidadania. Através das práticas pedagógicas adequadas e dos seus princípios orientadores estaremos a contribuir para formar cidadãos empáticos, críticos, preparados para os desafios da globalização.

Importa referir que apesar de todos os avanços, a educação intercultural encara desafios tais como a resistência a mudanças por parte de alguns docentes ou estruturas educativas, a necessidade de formação contínua e especializada para os professores e a falta de recursos materiais e humanos. Também é necessária uma maior articulação entre as políticas públicas, os estabelecimentos de ensino e as comunidades a fim de garantir a sustentabilidade das práticas interculturais.

Não sendo um modelo estático, a educação intercultural necessita ser constantemente repensada de modo a responder às dinâmicas culturais e sociais em transformação, essencialmente em locais onde a diversidade social e o fluxo migratório se fortalecem.

1.2.4. A criança migrante: desafios e potencialidades

Segundo Cierco (2017) o termo “migrante” centra-se, essencialmente, na razão pela qual o indivíduo abandona o seu país de origem. O “imigrante económico” deixa o seu país de origem para fugir à pobreza. O “imigrante” tem liberdade para escolher o seu local de destino, tendo a liberdade de regressar ao seu lugar de partida. A população migrante tem vindo a assumir uma presença bastante importante no espaço europeu. Toda a comunidade, assim como os agentes educativos, têm aqui a hipótese de reconhecer diferenças, características, e consequentemente, tornar a escola um espaço de inclusão, onde incide a partilha de experiências, vivências, reconhecendo todas as raças, etnias e culturas. É essencial que os agentes educativos e a comunidade reconheçam que a igualdade, independentemente das diversidades, necessita de ser tida em consideração.

Segundo a Organização Internacional para as Migrações, entende-se por migrante qualquer pessoa que se desloca dentro de um país ou atravessa fronteiras internacionais, afastando-se do seu local de residência, independentemente da voluntariedade do movimento, da causa e da duração da estadia. Assim sendo, a categoria de migrante engloba imigrantes, beneficiários de proteção temporária ou internacional, requerentes de asilo. Aliás, as pessoas de origem migrante podem ser consideradas como recém-chegadas, assim como, migrantes em retorno (Comissão Europeia/EACEA/Eurydice, 2019a).

Sendo a migração um fenómeno global que afeta milhões de pessoas que procuram melhores condições de vida ou segurança. Entre os migrantes existe um grupo bastante significativo e frágil, que é o das crianças. Muitas vezes forçadas a abandonar as suas casas devido a situações de pobreza, conflitos ou de catástrofes ambientais, as crianças migrantes defrontam vários desafios no país de destino. No entanto, apesar das adversidades, essas crianças também carregam consigo um enorme potencial de adaptação, resiliência e enriquecimento cultural para as sociedades que as acolhem.

As crianças migrantes enfrentam vários desafios, tais como:

- As barreiras linguísticas e culturais, no sentido em que as diferenças culturais podem causar sentimentos de discriminação ou de exclusão e também a dificuldade em comunicar na nova língua pode comprometer o processo de aprendizagem e a integração escolar. (Kusuma & Babu (2024).

- Interrupção ou desigualdade no acesso à educação, uma vez que as crianças migrantes chegam sem acesso imediato à escola ou então enfrentam dificuldades na equivalência de estudos (Anes, 2006).

- Questões emocionais e psicológicas, em que muitas das vezes há falta de apoio psicológico adequado nos países de acolhimento, o distanciamento da família, o trauma de guerra e adaptação ao novo contexto social poderá desencadear depressão, ansiedade e stress pós-traumático. (Cohodes et al., 2021).

- Discriminação, no sentido em que a criança migrante poderá ser alvo de preconceitos por parte da comunidade ou até mesmo dos colegas, comprometendo a sua autoestima e inclusão social. (Banks, 2015).

- Precariedade a nível socioeconómico, já que as famílias migrantes vivem em condições económicas delicadas, o que pode contribuir para a insegurança a nível alimentar, o trabalho infantil e a habitação precária. (Kusuma & Babu (2024).

No que concerne às potencialidades das crianças migrantes são elas:

- A riqueza cultural e a diversidade, no sentido em que o convívio intercultural promove valores tais como o respeito, a empatia e a tolerância e contribui para a diversidade cultural nas escolas e nas comunidades, valorizando a convivência com outras visões do mundo, diferentes línguas e tradições.

- As experiências de vida únicas que podem ser inseridas no currículo, o que leva ao fortalecimento da inovação e da criatividade no contexto escolar, valorizando as atividades colaborativas e os projetos pedagógicos (Banks, 2015).

- A capacidade de adaptação e resiliência, pois muitas crianças migrantes demonstram uma incrível capacidade de adaptação e superação a novas realidades, assim como a aprendizagem de novas línguas e a vivência da migração poderá fortalecer as competências sociais e emocionais (Gerson, 2024).

- A contribuição futura para a sociedade, pois promovem uma sociedade multicultural e mais justa, atuando como pontes entre culturas e estas crianças, uma vez que têm acesso a uma educação de qualidade e sendo incluídas socialmente, tornam-se cidadãos inovadores e ativos, comprometendo-se com as comunidades que os acolheram. As crianças migrantes sofrem diversas tensões o que reflete a complexidade da migração contemporânea. As suas experiências requerem integrações sensíveis no que concerne à educação, saúde, intervenção social e proteção legal. Aliás, só através de políticas participativas é que será possível transformar desafios em oportunidades de interculturalidade, crescimento e inclusão. (Banks, 2015).

1.3. Papel da escola na integração de crianças migrantes

Nestas últimas décadas, o fenómeno migratório tem-se intensificado, por conseguinte, os estabelecimentos de ensino evidenciam uma crescente diversidade linguística e cultural. Como espaço privilegiado de aprendizagem e socialização, a escola assume um papel determinante no que diz respeito à integração das crianças migrantes, as quais enfrentam variadíssimos desafios para se adaptarem a novos contextos educativos, sociais e culturais. Aliás, a integração escolar destas crianças para além do domínio da língua e da assimilação do currículo requer o reconhecimento das suas identidades, assim como, a criação de ambientes inclusivos que promovam o respeito pela diversidade.

Sendo um dos principais agentes sociais responsáveis por facilitar a integração das crianças migrantes, a escola promove a sua inclusão no novo contexto sociocultural. De acordo com Portes e Rumbaut (2014), a escola assume-se como uma “ponte” que pode minorar as diferenças e estimular a construção de identidades em que as crianças mantêm as suas origens culturais enquanto se adaptam à nova sociedade. Para que isto aconteça é essencial que a escola desenvolva uma abordagem intercultural, em que se valorize a diversidade cultural como um recurso social e pedagógico (Banks, 2015). Aliás, o reconhecimento das diferenças a nível cultural e linguístico das crianças migrantes contribui para a construção de ambientes escolares acolhedores e livres de discriminação.

Por conseguinte, o primeiro contacto formal das crianças migrantes com a sociedade de acolhimento é realizado na escola, assumindo-se como um espaço onde se desenvolvem competências sociais e culturais e se constroem identidades. Aliás, a educação intercultural nas escolas necessita de valorizar as diferentes culturas, simplificando o diálogo e o conhecimento de alunos de origens diversas (Banks, 2015). Assim sendo, as escolas devem proporcionar um ambiente que valorize a multiculturalidade, minimizando os preconceitos e promovendo práticas que facilitem a integração positiva, permitindo o desenvolvimento de um sentimento de inclusão social e pertença (Portes & Rumbaut, 2014).

A maioria destas crianças enfrenta barreiras, uma vez que para além da limitação da língua também se depara com diferenças nos currículos dos países de origem e com experiências traumáticas associadas à migração (Suárez-Orozco et al., 2011). Para que a integração escolar das crianças migrantes seja eficaz é necessário apoio ao sucesso académico e também ao seu bem-estar emocional.

Por conseguinte, a escola necessita de implementar estratégias pedagógicas diferenciadas, tais como o ensino da língua (Português Língua Não Materna), a utilização de metodologias inclusivas e o acompanhamento individualizado (García & Torres, 2018). O desenvolvimento do apoio psicossocial é decisivo para apoiar as crianças a ultrapassar as

dificuldades emocionais, promovendo a autoestima e as relações positivas com colegas e professores.

Para a integração das crianças é fundamental que haja a participação das famílias migrantes na vida escolar. No entanto, estas famílias poderão enfrentar dificuldades em participar devido às barreiras linguísticas, culturais ou até mesmo desconfiança em relação às instituições (Epstein, 2011).

Assim sendo, a escola necessita de arranjar estratégias de aproximação às famílias, estabelecendo a comunicação em línguas que sejam acessíveis, valorizando os saberes e as culturas familiares, envolvendo a comunidade local em projetos educativos. Toda esta colaboração irá fortalecer a rede de apoio às crianças migrantes e, consequentemente, favorecerá uma integração mais vasta.

É fundamental que os docentes estejam preparados para lidar com a diversidade cultural, uma vez que só assim, a escola cumprirá eficazmente o seu papel integrador, tendo especial atenção às necessidades específicas das crianças migrantes. A sensibilização para questões de exclusão, preconceito e racismo também é essencial para que os profissionais da educação possam agir como agentes de transformação social dentro dos seus estabelecimentos de ensino. Além disso, a formação contínua em gestão da diversidade, práticas inclusivas e educação intercultural contribui para a criação de um ambiente escolar sensível, capaz de responder às diferenças (Gay, 2018).

A escola desempenha um papel estratégico na inclusão das crianças migrantes, para além da mera transmissão de conteúdos académicos, uma vez que promove ambientes interculturais inclusivos, o sucesso escolar e o desenvolvimento emocional, envolvendo as famílias, o que contribui para a construção de sociedades mais solidárias e justas.

Não obstante do potencial da escola para integrar as crianças migrantes, são muitos os obstáculos que persistem. A barreira linguística é um dos principais desafios, pois o domínio insuficiente da língua compromete o acesso ao currículo e a interação social (Suárez-Orozco et al., 2011).

Além disso, as crianças migrantes podem enfrentar discriminação, preconceitos e falta de compreensão cultural, o que pode resultar em exclusão ou isolamento social (Gay, 2018). A heterogeneidade das experiências migratórias e o impacto de situações traumáticas vividas também influenciam o desempenho académico e o bem-estar emocional destes alunos.

Para superar estes desafios, as escolas necessitam de implementar práticas inclusivas e interculturais, tais como: o ensino do Português Língua Não Materna para desenvolver competências linguísticas essenciais (DGEEC, 2020); a adaptação dos conteúdos curriculares a fim de valorizar as identidades dos alunos migrantes e de abranger perspetivas multiculturais, através de currículos flexíveis e culturalmente pertinentes: (Banks, 2015); a capacitação dos professores para lidar com a diversidade cultural, abordando temas tais como

racismo, preconceitos e metodologias inclusivas, através da formação contínua de professores: (ME, 2021); o envolvimento das famílias e da comunidade, estabelecendo canais de comunicação eficientes e a participação ativa das famílias no percurso educativo (Epstein, 2011) e o acompanhamento para a superação de dificuldades emocionais, traumas, promovendo o bem-estar socio emocional, através do apoio psicossocial (Fonseca et al., 2022).

Além disso, muitas escolas promovem projetos interculturais que desenvolvem atividades como “dias da cultura”, grupos de convivência que incentivam a troca cultural entre alunos nativos e migrantes e workshops de línguas, contribuindo assim para o respeito pela diversidade e a construção de relações positivas (Ribeiro & Silva, 2019).

Também o Ministério da Educação tem desenvolvido programas específicos para estabelecimentos de ensino com imensa diversidade cultural, tais como o “Programa Nacional para a Educação Intercultural”, que pretende implementar práticas pedagógicas inclusivas, envolver a comunidade escolar e formar docentes (ME, 2021).

A articulação entre escolas e organizações comunitárias que trabalham com migrantes é outro ponto importante. Em várias zonas de Portugal, parcerias com associações culturais e centros de apoio social têm possibilitado o acompanhamento e envolvimento familiar, a realização de atividades extracurriculares e o desenvolvimento de projetos de sensibilização para a interculturalidade, auxiliando a integração e consequentemente o sucesso escolar das crianças migrantes (Fonseca et al., 2022).

Portanto, a junção destas práticas salienta o compromisso crescente do sistema educativo português em responder de forma eficiente e estruturada às necessidades das crianças migrantes. No entanto, precisamos de continuar a investir em formação, recursos e articulação institucional de modo a garantir que todos os alunos possam usufruir de uma educação inclusiva e de qualidade.

É primordial que as salas de aula assumam um ambiente realmente inclusivo, para que se identifiquem as diferentes culturas existentes nas instituições educativas e naturalmente, se promovam capacidades, conhecimentos e valores. Para que isto seja possível, há que implementar estratégias e práticas diversificadas que promovam uma inclusão efetiva de todos os alunos. Como é referido por Botas (2017, p. 46), “(...) ao colocar-se estratégias inclusivas em prática numa sala de aula, deve descentrar-se do aluno, como elemento isolado, e centrar-se na comunidade de alunos, criando-se um ambiente positivo de aprendizagem para todos.”

Por conseguinte, a sala de aula deve ser um ambiente igualitário, em que todos os alunos têm o direito de comunicar, expressar, aprender, existindo uma partilha de vivências, experiências e conhecimentos. Uma sala de aula inclusiva pressupõe ser um espaço de

participação ativa, no qual todos os alunos, independentemente da sua cor, raça ou etnia são ouvidos, valorizados e respeitados.

A inclusão educativa configura-se como um processo complexo, mas dinâmico, o qual se constrói progressivamente através de sucessivas adaptações às transformações sociais e culturais. Adotando uma abordagem holística, a responsabilidade pelo êxito de uma escola verdadeiramente inclusiva é atribuída à comunidade educativa, incluindo estruturas da administração local, direções escolares, técnicos especializados, docentes, assistentes operacionais e encarregados de educação.

Para que haja efetivamente uma inclusão, deve existir uma mobilização articulada de diversos recursos sociais, organizacionais e pedagógicos, assim como o recurso a instrumentos e meios diversificados. Assim sendo, a autonomia e a flexibilidade na gestão curricular representam fatores estratégicos para o desenvolvimento de práticas pedagógicas diversas e ajustadas às necessidades dos alunos migrantes, possibilitando a construção de respostas educativas mais eficazes e integradas.

É importante ressaltar que a ação dos intervenientes educativos assume um trabalho com desempenho interdependente, apoiado numa lógica de intervenção.

Lima (2013) faz referência ao facto de que os educadores/professores são essenciais em todo o processo, e a fim de que deem o seu melhor contributo, necessitam de formação, informação e sensibilidade.

Segundo Leite (2005, p.10, citado por Silva e Silva, 2018, p.40), os professores “... devem agir no sentido de implementarem reformas curriculares multiculturais que permitam não só a compreensão das culturas em presença, mas também a aquisição de uma competência geradora de uma emancipação cultural.” Os docentes precisam reconhecer as divergências que existem nas suas salas de aula e desenvolver metodologias, estratégias ativas e diversificadas, que façam sentido para todas as crianças que existem na sala, independentemente da sua cultura. Há que adotar uma postura de tolerância, igualdade e aceitação de modo a proporcionar a todos os alunos uma educação de qualidade, tendo sempre em conta as suas necessidades e interesses.

Na mesma perspetiva Botas (2017) refere que perante a existência de múltiplas etnias e culturas nas nossas escolas, há que reconhecer a necessidade de criar e implementar instituições educativas que respondam às necessidades de todas as crianças. Aliás, os principais agentes neste processo de inclusão são os docentes, desenvolvendo atitudes e capacidades culturais, tendo uma atitude inclusiva para com todas as crianças, o que contribuirá para que este processo seja bem-sucedido.

Os professores precisam de formação contínua, sendo esta essencial, para que haja uma maior consciencialização para que tenham a noção de que os assuntos e as temáticas abordadas na sua formação inicial sofrem alterações com o tempo. Deste modo, a formação

contínua possibilita conhecer e atualizar as mudanças do sistema educativo, contribuir para uma reflexão sobre as suas práticas pedagógicas e alterá-las, de acordo com as necessidades atuais dos alunos, recorrendo a recursos que possibilitem aprendizagens significativas e que possam usufruir do desenvolvimento de competências inclusivas, valores e atitudes culturais que promovam a educação para a cidadania. Além do que foi referido, também é fundamental estar “(...) sensível para observar, para ouvir e para investigar os alunos com que se trabalha” (Vieira, 1999, p.152, citado por Martins, 2008, p.101).

De forma que sejam transmitidos novos conhecimentos, assim como a adoção de uma nova postura perante esta diversidade cultural que está cada vez mais presente nas nossas escolas, temos a formação contínua dos educadores/professores. É fundamental que as práticas pedagógicas dos profissionais de educação sejam diversificadas, ativas e lúdicas, possibilitando aprendizagens significativas, tendo como base os interesses e as necessidades dos alunos, enquanto seres distintos, com características e personalidades próprias. Portanto, um docente necessita de se preocupar com questões culturais e sensibilizar os alunos para as mesmas.

Sob o ponto de vista de Pereira (2004, p.12, citado por Rodrigues, 2013), é necessário que a formação se baseie no desenvolvimento de valores e atitudes que tornem os docentes mais sensíveis em relação a preconceitos, a injustiças e à discriminação e não somente no acesso à informação/conhecimento sobre estratégias e teorias de educação multicultural.

Nos primeiros anos, esta sensibilização, proporcionará às crianças mais sentido crítico e compreensão, concebendo posturas e visões que desvanecem pequenas barreiras à inclusão. Os docentes, para além de centrarem a sua atenção nos seus alunos e nas suas práticas pedagógicas, necessitam de evidenciar receptividade a auxiliar a inclusão das famílias dos seus alunos, estabelecendo uma comunicação confiante e aberta com as mesmas, a fim de que estas se sintam ouvidas e acolhidas num país que não é o seu. Esta estratégia irá contribuir para que as famílias destas crianças ganhem autonomia, confiança e se sentam mais apoiadas, estando mais receptivas para prestarem um acompanhamento mais direto à educação dos seus filhos.

Perante uma sociedade cada vez mais multicultural, é fundamental que as estratégias pedagógicas utilizadas assumam essa diversidade como algo enriquecedor, proporcionando aprendizagens significativas e promovendo a participação de todos os alunos (Rodrigues, 2013). Assim sendo, compete ao docente possibilitar atividades vão ao encontro das necessidades e dos interesses dos alunos, levando-os a explorar, a refletir e a aprofundar mais os seus conhecimentos.

No mesmo sentido, Martins (2008) ressalva a necessidade da implementação de programas, assim como de materiais escolares tendo em conta os diferentes grupos culturais, adaptando e flexibilizando regulamentos da escola às características e

necessidades dos diferentes alunos, promover o ensino das línguas maternas, formar os pais e outros agentes educativos, de modo que seja possível melhorar a relação entre a escola e a família.

Muitos dos alunos migrantes chegam ao país de acolhimento sem dominar a língua local, o que dificulta a sua integração, comunicação e até mesmo a sua expressão emocional. Deste modo, o domínio dessa língua é primordial para facilitar a integração educativa e social das crianças, assim como, para prevenir eventuais consequências negativas a nível relacional, emocional e académico (Comissão Europeia, 2020). Não obstante, a língua materna, sendo um fator identitário essencial, deve ser valorizada e respeitada.

Para além de favorecerem a aprendizagem da língua, o trabalho colaborativo, a interação entre os diversos pares da sala e a entreajuda são estratégias fundamentais no que concerne ao desenvolvimento da aceitação da diferença e do respeito mútuo. Também a promoção de atividades que envolvam as famílias e a comunidade são promotoras do sucesso do processo de inclusão. Aliás, o estabelecimento de relações positivas entre a comunidade e a instituição educativa conduz para um fortalecimento no que diz respeito ao sentido de pertença dos alunos, da construção da sua identidade e da sua autoestima (Comissão Europeia, 2020).

II – CONTEXTUALIZAÇÃO DO TRABALHO DE PROJETO

O presente estudo adota uma abordagem metodológica mista, combinando estratégias qualitativas e quantitativas. Esta opção metodológica visa proporcionar uma compreensão aprofundada sobre o tema do projeto: “Inclusão de crianças migrantes numa escola básica”.

A investigação recorreu a diferentes procedimentos metodológicos: inquéritos por questionário através da plataforma Google Forms e entrevistas semiestruturadas.

Posteriormente à revisão da literatura e à fundamentação teórica da temática em estudo, delineou-se uma metodologia alinhada com os princípios da investigação científica, uma vez que o conhecimento poderá ser adquirido por diversas vias, no entanto, é a investigação científica que revela um maior rigor. Este tipo de investigação baseia-se num processo sistemático e racional, possibilitando a validação dos resultados, o que aumenta a sua aceitação e fiabilidade no meio académico (Fortin, 2009).

Ao possibilitar o controlo de variáveis, a metodologia científica, formula hipóteses e recolhe e analisa sistematicamente os dados, contribuindo de forma significativa para a construção de um conhecimento fundamentado e sólido. Por conseguinte, a sua aplicação pressupõe objetividade, rigor metodológico, adesão aos princípios científicos e éticos que regulam a produção de conhecimento válido.

A escolha do método pressupõe compreender um problema específico, através da análise minuciosa de evidências e dados. Este processo engloba a recolha, organização, interpretação e análise de dados, tendo como objetivo produzir conhecimento relevante e confiável para a identificação de boas práticas no contexto do projeto em questão.

A definição metodológica necessita de ter em conta o objeto de estudo e os recursos materiais disponíveis, ao nível de abrangência da investigação. Para a seleção da metodologia mais adequada, foram considerados critérios como eficiência e complexidade. A revisão da literatura relativamente a métodos disponíveis possibilitou avaliar o desempenho de diversas abordagens em múltiplos contextos, possibilitando a escolha mais adequada face aos objetivos e às especificidades do estudo (Prodanov & Freitas, 2013).

Como referem Prodanov & Freitas (2013), podemos quantificar praticamente qualquer tipo de informação, desde dados comportamentais, opiniões, modificando-os em números para fins de análise e classificação. A vertente quantitativa foi incluída por possibilitar a análise de dados numéricos recorrendo a estatísticas, garantindo precisão e objetividade no que concerne à interpretação dos resultados. Como aspetos positivos da abordagem quantitativa

destaca-se a possibilidade de generalização dos resultados, a minimização de subjetividades na análise e a replicabilidade do estudo.

A abordagem qualitativa foi usada como complemento fundamental, possibilitando um entendimento mais profundo de significados, experiências e valores concedidos aos participantes. Assim sendo, esta abordagem pretende analisar a subjetividade e a complexidade dos fenómenos culturais, sociais e humanos, possibilitando interpretações mais ricas e contextualizadas dos dados recolhidos.

Por conseguinte, a escolha de uma abordagem metodológica mista espelha a intenção de combinar a objetividade e o rigor da análise quantitativa com a profundidade interpretativa da análise qualitativa, garantindo uma perspetiva mais completa do tema em estudo.

Sendo um espaço privilegiado de socialização, aprendizagem e desenvolvimento, a escola assume o dever de garantir a todos os discentes o acesso a uma educação de qualidade, em condições de equidade, assim como, de justiça social. No contexto das sociedades contemporâneas, com uma crescente multiculturalidade, sendo marcadas por fenómenos migratórios, este desafio assume uma particular pertinência (UNESCO, 2021).

A crescente presença de crianças migrantes nas escolas do ensino básico, em especial no 1.º ciclo, em Portugal, tem exigido uma resposta educativa centrada na inclusão, assim como, no respeito pela diversidade. Aliás, a integração escolar destas crianças apresenta, uma prioridade estratégica no que se refere ao domínio das políticas públicas de educação.

Estima-se que, este ano, o país registou cerca de 1,6 milhões de imigrantes, o que representa, aproximadamente, 15% da população total, segundo o Observatório da Emigração (2025). Aliás, nos últimos anos, tem-se verificado um aumento da população estrangeira em Portugal, o que indica uma modificação significativa na dinâmica demográfica a nível nacional, revelando também a transição de um país assinalado pela emigração para uma realidade crescente de imigração.

Esta alteração demográfica é visível em variadíssimos setores da nossa sociedade, destacando-se a educação, uma vez que, o sistema educativo tem registado um aumento considerável de alunos estrangeiros (AIMA, 2025).

Segundo Ainscow, Booth & Dyson (2006) a inclusão das crianças migrantes é compreendida não só como acesso à escola, mas também como participação total nas aprendizagens, na vida escolar e nas relações. Aliás, o Perfil dos Alunos à Saída da Escolaridade Obrigatória (Ministério da Educação, 2017) e o Decreto-Lei n.º 54/2018, que estabelece o regime jurídico da educação inclusiva, sustêm a necessidade de uma abordagem pedagógica centrada nos alunos, de modo a garantir o seu desenvolvimento integral, independentemente da sua origem linguística ou sociocultural.

A inexistência de estratégias eficazes de acompanhamento, acolhimento e adaptação curricular pode acentuar as desigualdades, comprometendo, assim, o percurso educativo das crianças migrantes (Pereira & Pinto, 2019). Esta situação torna-se mais evidente no 1.º ciclo do ensino básico, sendo esta uma fase decisiva para a aquisição de competências fundamentais, assim como, para a construção da identidade pessoal e social dos alunos.

Neste sentido, o papel da liderança escolar revela-se fundamental, aliás, a literatura tem salientado a forte correlação entre liderança pedagógica eficaz e o sucesso da inclusão (Leithwood, Harris & Hopkins, 2008; Day & Sammons, 2013). Compete à liderança escolar a criação de uma cultura organizacional que priorize a diversidade e que promova a colaboração entre professores, proporcionando articulação entre a comunidade e as famílias (Bolívar, 2011).

Cordeiro & Morgado (2020) referem que os coordenadores de departamento e de escola, sendo estruturas de liderança intermédia, desempenham também um papel relevante, ao garantir a operacionalização de práticas pedagógicas inclusivas no quotidiano escolar. Aliás, as suas ações influenciam diretamente o acompanhamento individualizado dos alunos, a mobilização de recursos e a orientação dos docentes.

Este Trabalho de Projeto insere-se, assim, nesta problemática, tendo como objetivo compreender e analisar as perceções da Direção e Coordenação relativamente aos fatores que condicionam (positiva ou negativamente) a inclusão de crianças migrantes numa escola do 1.º ciclo. Parte-se do princípio de que a visão e a ação dos agentes de liderança escolar são determinantes para a criação de ambientes educativos verdadeiramente inclusivos e promotores do sucesso de todos os discentes.

2.1. Objetivos e questões de investigação que fundamentam o Trabalho de Projeto

Como objetivo geral pretende-se compreender de que forma a liderança escolar, representada pela Direção e pelas estruturas intermédias (Coordenação), influencia a promoção da inclusão de crianças migrantes no contexto educativo. Também se quer analisar as perceções dos agentes educativos responsáveis pela coordenação e gestão escolar acerca dos fatores que favorecem ou dificultam a inclusão desses alunos, reconhecendo a escola como um espaço privilegiado de integração cultural e social. De acordo com o objetivo geral passamos aos objetivos específicos de modo a aprofundar a temática em estudo, que são os seguintes: identificar os principais fatores percecionados como obstáculos ou facilitadores da inclusão de crianças migrantes; compreender de que forma a Direção contribui para a promoção de práticas inclusivas e explorar o papel das estruturas intermédias (ex.:

coordenadores de escola ou departamento) na implementação de estratégias que favoreçam a inclusão.

É fundamental que a questão de partida seja pertinente, viável e clara, a fim de que seja possível fornecer uma base sólida para a definição dos objetivos do estudo, assim como, a seleção dos métodos mais apropriados para a recolha e análise dos dados. Por conseguinte, a formulação da questão de pesquisa é um elemento central na investigação, já que encaminha o desenvolvimento do trabalho de projeto (Quivy & Campenhoudt, 2008).

Uma questão de pesquisa bem estruturada garante que o estudo seja significativo e contribua de modo significativo para o avanço do conhecimento na temática em causa. Com base nestes pressupostos, definiu-se a seguinte questão de investigação: “Quais são as perceções da Diretora e da Coordenação relativamente aos fatores que impedem e potenciam a inclusão das crianças migrantes no contexto educativo?” Tendo em conta a abrangência da temática, a questão principal foi desdobrada em questões específicas:

- Qual é o papel da Direção na promoção da inclusão das crianças migrantes?
- Qual é o papel das estruturas intermédias na promoção da inclusão das crianças migrantes?

Assim sendo, foram delineados os procedimentos metodológicos descritos nas secções seguintes, com base nestas questões.

2.2. Caracterização do contexto e dos participantes

A Escola Básica do 1.º Ciclo, em estudo, faz parte de um Agrupamento de Escolas da Lezíria e Médio Tejo. O Agrupamento é constituído por seis estabelecimentos de ensino, desde o pré-escolar até ao ensino secundário. No início do ano letivo 2024/2025, o Agrupamento de Escolas tinha cerca de 3 200 alunos, com mais de 30 nacionalidades diferentes. No ano letivo anterior (2023/2024), eram cerca de 2 854 alunos, dos quais 474 eram estrangeiros, representando 22 nacionalidades distintas. Enfrenta, deste modo, um desafio institucional, uma vez que cerca de 16% dos alunos são filhos de imigrantes. A célere expansão do número de alunos, essencialmente estrangeiros, gerou uma pressão significativa no que diz respeito aos espaços escolares.

Relativamente à oferta pedagógica, a mesma é abrangente, tendo o ensino regular, cursos profissionais e também a participação em programas como o Erasmus+, promovendo formação em contexto internacional para os alunos de formação profissional. O Agrupamento de Escolas também se destaca pela promoção de projetos educativos nas áreas do desporto, da cultura, da cidadania e do empreendedorismo, assim como por obter prémios nacionais e internacionais em diferentes áreas.

A Escola Básica do 1.º Ciclo, onde foi realizado o estudo, destina-se ao ensino Pré-escolar e ao 1.º Ciclo, a mesma sofreu uma requalificação bastante significativa, a qual foi concluída em 2014/2015. Deste modo, a nova infraestrutura incluiu biblioteca, refeitório. Esta instituição educativa destaca-se por uma forte tradição de inclusão, em especial, na integração de crianças de etnia cigana. Aliás, mais de 95% das crianças ciganas em idade pré-escolar na freguesia frequentam este estabelecimento de ensino. Esta escola evidencia-se por ser um núcleo dinâmico e inclusivo dentro do Agrupamento de Escolas. A sua moderna infraestrutura, tal como, os programas de apoio à comunidade reforçam uma forte aposta em equidade e integração social, nomeadamente próximo de populações imigrantes e etnias marginalizadas.

A escola, no ano letivo de **2024/2025**, teve **7 salas do Pré-escolar e 15 turmas do 1.º Ciclo**, tendo terminado o ano com cerca de **154 crianças no Jardim de Infância e 325 alunos do 1.º Ciclo**, tendo 22 docentes titulares de turma, no entanto, com professores de Educação Especial, professores coadjuvantes, de apoios educativos, tinha um **corpo docente** constituído por **45 professores**, relativamente ao número de **assistentes operacionais**, o mesmo era de **21**. Em relação ao corpo docente, este apresenta, na sua maioria, uma vasta experiência profissional.

Participaram neste estudo 24 docentes pertencentes à rede pública de ensino do Pré-escolar e Primeiro Ciclo, num universo de 45 que foram contactados/as.

2.3. Opções metodológicas para recolha e análise de dados

2.3.1. Inquérito por questionário

De acordo com Quivy & Campenhoudt (2008) o questionário é considerado um instrumento de observação não participante, sendo amplamente utilizado em investigações pela sua eficácia no que diz respeito à recolha de dados de um grande número de participantes, de uma forma prática e rápida.

Este questionário foi estruturado em duas partes: a primeira destinada à caracterização sociodemográfica dos participantes; a segunda composta por questões do tema do projeto e análise teórica.

A sua aplicação foi realizada online, através da plataforma Google Forms, pretendendo analisar a perceção dos docentes relativamente à inclusão de crianças migrantes no contexto educativo; identificar a formação dos docentes para lidar com a diversidade cultural nas salas de aula; conhecer metodologias utilizadas na prática pedagógica; compreender os desafios e

as dificuldades enfrentadas na inclusão de crianças migrantes e finalmente recolher sugestões dos docentes relativamente a mudanças pretendidas nesse contexto (Anexo A).

2.3.2. A entrevista semiestruturada

Um dos instrumentos de recolha de dados utilizado neste estudo foi a entrevista semiestruturada, por ser considerada uma das principais ferramentas da pesquisa qualitativa. Visto que não se impõe uma sequência rígida de questões, a sua principal característica reside na flexibilidade, uma vez que se trata de uma conversa orientada. Deste modo, é possibilitado à pessoa entrevistada que se expresse de forma livre sobre o tema em questão, com base nas suas próprias referências, destacando-se nos aspetos que considera mais relevantes, utilizando as suas próprias palavras, organizando o discurso de acordo com a sua conveniência. Portanto, recolhe-se informações de forma imediata e espontânea (Amado & Ferreira, 2017).

Através deste processo de recolha de dados foi possível a aquisição de conhecimento da especificidade da temática em estudo, compreendendo, deste modo, a forma como os participantes da investigação pensam, através do seu ponto de vista sobre os factos (Almeida & Freire, 2008). Aliás, a recolha de dados através de opinião possibilita fornecer pistas para a caracterização do estudo investigativo, assim como, conhecer os participantes do processo (Estrela, 1994). Assim sendo, pretende-se adquirir informações sobre a realidade do estudo, tal como ideais e convicções dos participantes do estudo.

Foram realizadas entrevistas dirigidas à diretora do agrupamento de escolas, à coordenadora de departamento do 1.º ciclo e à coordenadora de estabelecimento de ensino onde foi realizado o estudo. A entrevista foi estruturada em quatro blocos de questões. O primeiro bloco teve como objetivo conhecer o percurso profissional da pessoa entrevistada. Com o segundo bloco pretendeu-se identificar as perceções da Direção/Coordenação no que diz respeito aos desafios e boas práticas que influenciam a inclusão de crianças migrantes. No terceiro bloco, foram colocadas questões mais específicas e direcionadas à temática central da investigação, com o intuito de analisar as ações e medidas adotadas pela escola para promover a inclusão. Por fim, o quarto bloco pretendeu identificar necessidades e eventuais melhorias no contexto escolar para facilitar a inclusão. Esta organização permitiu aceder a um conhecimento prévio sobre os aspetos com que cada participante mais se identificava, tal como, os aspetos que considerava mais relevantes explorar (Anexo B).

A técnica de análise de conteúdo foi utilizada para interpretar os dados recolhidos, com o intuito de compreender qual a perceção da Direção e da Coordenação de uma escola básica pública relativamente aos fatores que potenciam e impedem a inclusão de crianças migrantes no contexto educativo; conhecer as medidas ou políticas que têm sido implementadas pela

Direção para promover a inclusão das crianças migrantes; o papel da Coordenação e de outras estruturas intermédias na inclusão de crianças migrantes; os programas específicos ou iniciativas que visam apoiar a integração das crianças migrantes; conhecer as parcerias existentes com entidades externas (município, instituições de apoio) para apoiar estas crianças; os desafios que a Direção tem sofrido para promover a inclusão escolar das crianças migrantes e sugestões de melhorias na escola para facilitar a inclusão das crianças migrantes (Anexo C).

Ambos os instrumentos foram previamente testados. Deste modo foi possível analisar a clareza da linguagem utilizada, assim como, o conteúdo das questões. Não se constatou qualquer tipo de dificuldades.

O estudo efetuado contou com a participação da diretora do agrupamento de escolas, a coordenadora de departamento curricular (1.º Ciclo) e da coordenadora de estabelecimento, onde se efetuou o estudo.

A seguinte tabela caracteriza, sucintamente, as entrevistadas.

Tabela 1 – Caracterização das entrevistadas

Caracterização das entrevistadas			
Códigos	D	CE	CD
Cargo	Diretora	Coordenadora de Estabelecimento	Coordenadora de Departamento
Formação académica e profissional	Licenciatura em Ensino da Geografia e Pós-Graduação em Administração Escolar	Bacharelato + Formação complementar (B+FC) – 1.º Ciclo – Ensino Básico	Bacharelato + Formação complementar (B+FC) – 1.º Ciclo – Ensino Básico
Idade	47 anos	58 anos	59 anos
Tempo de serviço docente	24 anos	36 anos	38 anos
Tempo de serviço na escola	9 anos	11 anos	16 anos
Tempo que exerce o cargo	2 anos	1 ano	2 anos

2.4. Apresentação e análise dos resultados

2.4.1. Resultados dos inquéritos por questionário

Após a aplicação e recolha da informação passamos para a análise descritiva dos resultados do questionário aplicados num universo de quarenta e cinco inquiridos 53% respondeu, portanto foi possível obter informações valiosas sobre a opinião dos docentes relativamente à Inclusão de crianças migrantes numa escola básica, o que permitirá direccionar as próximas etapas do projeto de modo mais eficaz. Nos resultados apresentados nas tabelas abaixo não foram considerados os itens da escala que não obtiveram resposta por parte dos inquiridos. Consideraram-se as seguintes variáveis independentes:

- Variáveis sociodemográficas: Idade.
- Variáveis socioprofissionais: Tempo de serviço no Agrupamento de Escolas; Tempo de serviço; Habilitações Académicas.

A idade é uma variável sociodemográfica que pode ter influência nas respostas obtidas no nosso projeto. A idade poderá estar relacionada com a maturidade e experiência do(a) docente.

Quadro 1 - Idade dos participantes

Idade	Frequência	Percentagem
31–40 anos	1	4,2%
41–50 anos	10	41,7%
51–60 anos	7	29,2%
Mais de 60 anos	6	25,0%
Total	24	100,0%

Nota: Dados da pesquisa.

Segundo o quadro de frequência temos uma percentagem válida de **41,7%** na **faixa etária** entre **os quarenta e um anos e os cinquenta anos**, apresentando a maioria da amostra. Com **29,2%** entre **os cinquenta e um anos e os sessenta anos**, com **25% mais de sessenta anos** e, por fim, uma minoria entre a faixa etária dos **trinta e um anos e os quarenta anos** **4,2%** está em minoria. Podemos concluir que a maioria dos docentes tem entre 41 e 50 anos, o que pressupõe que são profissionais experientes.

Quadro 2 - Grau académico

Grau académico	Frequência	Percentagem
Licenciatura	16	66,7%
Mestrado	8	33,3%
Total	24	100,0%

Nota: Dados da pesquisa.

De acordo com o nosso estudo exploratório, constatou-se uma prevalência de **licenciaturas** (cerca de **66,7%**), seguida de **mestrados** (**33,3%**), não se verificando nenhum docente com doutoramento. A maioria dos inquiridos possui, no mínimo, uma licenciatura, segundo os dados, o que pressupõe um bom nível de formação académica no grupo em análise. Além disso, a presença significativa de docentes com mestrado assume uma multiplicidade enriquecedora de conhecimentos e experiências, o que pode conduzir para análises e discussões mais profundas, desenvolvidas ao longo do projeto. É importante ressaltar que a formação académica poderá influenciar a forma como os intervenientes compreendem e respondem às perguntas do inquérito, bem como, a qualidade das informações recolhidas. Portanto, é imprescindível ter em consideração estas diferenças formativas quer ao nível da interpretação dos resultados, quer ao nível da elaboração das conclusões do estudo.

Quadro 3 - Relação com grupo/turma

Relação com grupo/turma	Frequência	Percentagem
Coordenadora de Escola	1	4,2%
Educador(a) de Infância	4	16,7%
Professor(a) coadjuvante	2	8,3%
Professor(a) de apoio educativo/educação especial	5	20,8%
Professor(a) titular de turma	12	50,0%
Total	24	100,0%

Nota: Dados da pesquisa.

Relativamente à análise dos dados apresentados no **quadro 3**, referente à **relação com o grupo/turma** foi possível verificar a distribuição das funções dos docentes que participaram no estudo, no contexto educativo. A maior parte dos inquiridos são **professores titulares de turma**, representando, assim, **50%** da amostra (12 em 24 participantes). Podemos dizer que este dado é bastante significativo, uma vez que indica que metade dos participantes têm responsabilidade contínua e direta no que diz respeito à gestão da turma, encontrando-se, portanto, diretamente envolvidos no processo de acompanhamento e inclusão dos alunos migrantes. Seguidamente, com **20,8%** (5 participantes) temos **os/as professores/as de apoio educativo/educação especial**. Convém referir que estes profissionais desempenham um papel basilar no suporte individualizado, o que fortalece a importância do seu contributo para a inclusão. A representar **16,7%** da amostra, temos as **educadoras de infância** o que revela uma frequência significativa do 1.º ciclo e da educação pré-escolar na amostra. Com **8,3%** surgem **os/as professores/as coadjuvantes**, que contribuem com uma perspetiva de apoio pedagógico complementar em contexto de sala de aula. Finalmente, **4,2%** da amostra corresponde a uma **coordenadora de escola**, demonstrando uma reduzida participação no que se refere a elementos da equipa de gestão,

não obstante de que a sua visão estratégica seja também relevante para a implementação de políticas de inclusão.

Em suma, esta amostra demonstrou uma predominância de docentes que atuam diretamente com os discentes, o que confirma robustez às considerações recolhidas no estudo, devido ao seu contacto próximo com a realidade diária das turmas. No entanto, a multiplicidade de funções representadas também possibilita uma leitura mais abrangente das práticas inclusivas e dos desafios enfrentados nas escolas.

Quadro 4 - Tempo de serviço na escola

Tempo de serviço na escola	Frequência	Percentagem
Menos de 5 anos	16	66,7%
6 a 10 anos	2	8,3%
11 a 20 anos	5	20,8%
Mais de 20 anos	1	4,2%
Total	24	100,0%

Nota: Dados da pesquisa.

Com base no **quadro 4**, que **mostra o tempo de serviço** dos profissionais participantes do estudo **na escola**, podemos constatar que a maioria significativa dos inquiridos, **66,7%**, tem **menos de 5 anos de serviço na escola**, indicando um grupo recém-integrado neste ambiente escolar. Com **8,3%** da amostra surgem os docentes que possuem **entre 6 e 10 anos** de serviço. Tendo **entre 11 e 20 anos** temos uma amostra de **20,8%**, evidenciando uma parcela com experiência mais consistente. Por fim, apenas **4,2%** dos profissionais contam **com mais de 20 anos de serviço na mesma escola**, o que representa uma minoria de profissionais de longa permanência naquele estabelecimento de ensino.

Face aos dados obtidos constatamos que a maioria dos participantes se encontra numa fase inicial da sua trajetória na instituição, o que pode influenciar a forma como enfrentam os desafios da inclusão, assim como a adaptação às dinâmicas escolares. Contudo, a presença de docentes com maior tempo de serviço pode contribuir para a estabilidade do corpo docente. Esta variedade de tempos de serviço pode contribuir para um equilíbrio relativamente à experiência e inovação no que se refere à abordagem das questões relacionadas com a inclusão de crianças migrantes.

Quadro 5 - Tempo de serviço

Tempo de serviço	Frequência	Percentagem
6 a 10 anos	2	8,3%
11 a 20 anos	2	8,3%
Mais de 20 anos	20	83,3%
Total	24	100,0%

Nota: Dados da pesquisa.

Segundo os dados do **quadro 5**, apresentamos o **tempo total de serviço dos docentes**, considerando a experiência acumulada ao longo da carreira, independentemente do estabelecimento de ensino. Podemos constatar que a maioria dos participantes, cerca de **83,3%**, tem **mais de 20 anos** de serviço, designando que é o grupo constituído maioritariamente por profissionais com uma longa experiência no que se refere à educação. Com cerca de **8,3%** da amostra temos os docentes que possuem **entre 6 e 10 anos** de serviço, também com outros **8,3%** apresentam-se os profissionais que possuem **entre 11 e 20 anos** de serviço. Aliás, este dado demonstra que, apesar de muitos dos participantes terem menos tempo na escola atual (como apresentou o quadro 4), a maioria possui uma experiência profissional consistente acumulada na sua carreira. Podemos considerar essa experiência como um recurso precioso para superar os desafios da inclusão de crianças migrantes, uma vez que mostra uma bagagem considerável no conhecimento pedagógico e nas práticas educativas.

Se analisarmos os dados apresentados nos **quadros 4 e 5**, estes revelam um perfil interessante no que diz respeito à experiência dos profissionais envolvidos no estudo.

A maioria dos participantes (cerca de **66,7%**) tem **menos de 5 anos no estabelecimento de ensino** onde trabalham, atualmente, sugerindo um corpo docente relativamente novo no contexto escolar específico e apenas uma **minoría significativa** tem **mais de 10 anos na mesma escola**. Por outro lado, uma grande maioria (**83,3%**) dos participantes tem **mais de 20 anos de experiência na carreira docente**. Isso significa, apesar de muitos serem relativamente novos na escola atual, têm uma imensa bagagem profissional.

Essa situação pode ser bastante positiva para a inclusão de crianças migrantes, uma vez que os docentes, apesar de serem novos no ambiente escolar atual, têm maturidade e experiência para aplicar estratégias eficazes.

Quadro 6 - A escola está preparada para promover a inclusão de crianças migrantes?

Opinião	Frequência	Percentagem
Concordo totalmente	1	4,2%
Concordo	5	20,8%
Concordo parcialmente	10	41,7%
Não concordo nem discordo	2	8,3%
Discordo	6	25,0%
Total	24	100,0%

Nota: Dados da pesquisa.

Com a análise do **quadro 6**, referente a **perceção dos docentes relativamente à escola estar preparada para promover a inclusão de crianças migrantes**, esta

demonstrou diferentes percepções no que diz respeito ao grau de preparação da escola para acolher e integrar alunos migrantes. A representar **41,7%** da amostra (10 em 24 participantes), temos a maioria dos inquiridos que “**Concorda parcialmente**” com a afirmação. Este resultado sugere que, apesar de existir estratégias ou iniciativas a decorrer, ainda existem fragilidades e limitações sentidas no processo de inclusão. Com **25%** temos participantes que “**Discordam**” da afirmação, o que demonstra um grupo significativo que considera que a escola não está adequadamente preparada para promover a inclusão. Assim sendo, este dado é preocupante, uma vez que indica lacunas importantes na resposta institucional. Somente **4,2%** “**Concordam totalmente**”, enquanto **20,8%** “**Concordam**” com a afirmação, o que perfaz um total de 25% com uma percepção claramente positiva sobre a preparação da escola. Esta minoria revela que existe quem reconheça práticas consistentes de inclusão ou até mesmo avanços, no entanto trata-se de uma visão menos frequente no grupo. Finalmente, cerca de **8,3%** optaram por uma posição neutra (“**Não concordo nem discordo**”), o que pode refletir desconhecimento, ambivalência sobre o tema ou incerteza.

Podemos constatar que estes dados revelam que a maioria dos inquiridos reconhece que a escola ainda está em processo de desenvolvimento no que se refere à inclusão de crianças migrantes, apresentando respostas mais concentradas no centro da escala (concordância parcial) e uma presença significativa de opiniões críticas (discordância).

Estes dados mostram a necessidade de reforço de práticas inclusivas, melhoria da comunicação com as famílias migrantes, aumento dos recursos especializados e investimento em formação dos profissionais. Aliás, a opinião dos docentes pode e deve servir de base para refletir acerca das estratégias institucionais mais sustentáveis e eficientes.

Quadro 7 - Principais desafios enfrentados na inclusão de crianças

Desafios identificados	Frequência	Percentagem
Barreiras linguísticas; Ausência de apoio especializado (mediadores culturais, psicólogos, intérpretes); Horas de apoio/acompanhamento não são suficientes.	4	16,7%
Barreiras linguísticas; Reduzido envolvimento das famílias migrantes na escola; Ausência de apoio especializado (mediadores culturais, psicólogos, intérpretes).	2	8,3%
Horas de apoio/acompanhamento não são suficientes; Ausência de apoio especializado (mediadores culturais, psicólogos, intérpretes); Falta de materiais de apoio e de apoios à comunicação.	2	8,3%
Ausência de apoio especializado (mediadores culturais, psicólogos, intérpretes); Horas de apoio/acompanhamento não são suficientes; Espaços pouco apropriados e estruturados.	1	4,2%
Ausência de apoio especializado (mediadores culturais, psicólogos, intérpretes); Horas de apoio/acompanhamento não são suficientes; Reduzido envolvimento das famílias migrantes na escola.	1	4,2%
Barreiras linguísticas; Reduzido envolvimento das famílias migrantes na escola; Falta de formação dos docentes sobre diversidade cultural.	1	4,2%

Quadro 7 - Principais desafios enfrentados na inclusão de crianças

Desafios identificados	Frequência	Porcentagem
Falta de formação dos docentes sobre diversidade cultural; Horas de apoio/acompanhamento não são suficientes; Ausência de apoio especializado (mediadores culturais, psicólogos, intérpretes).	1	4,2%
Barreiras linguísticas; Horas de apoio/acompanhamento não são suficientes; Falta de materiais de apoio e de apoios à comunicação.	1	4,2%
Reduzido envolvimento das famílias migrantes na escola; Espaços pouco apropriados e estruturados; Barreiras linguísticas.	1	4,2%
Outros (No Pré-Escolar não existem desafios identificados").	1	4,2%
Total	24	100,0%

Nota: As respostas permitiam múltiplas escolhas. As combinações de desafios refletem visões diferentes dos participantes.

Com a análise do **quadro 7** verificamos que, **as dificuldades sentidas** pelos participantes foram distribuídas por **dimensões pedagógicas, linguísticas, organizacionais e relacionais**. Não obstante da multiplicidade de combinações nas respostas, é possível reunir os desafios mais frequentes. Aliás, a combinação mais frequente é a de **barreiras linguísticas; ausência de apoio especializado; horas de apoio/acompanhamento insuficientes** que representa **16,7%** das respostas, evidenciando-se como o principal desafio identificado. As barreiras linguísticas comprometem a aprendizagem e também a participação em sala de aula, assim como o envolvimento das famílias, enfrentando muitas das vezes obstáculos de comunicação com a escola.

Registando **8,3%** das respostas temos outras combinações de desafios, tais como **barreiras linguísticas; reduzido envolvimento das famílias migrantes; ausência de apoio especializado**, assim como, **horas de apoio/acompanhamento insuficientes; ausência de apoio especializado; falta de materiais de apoio e de apoios à comunicação**, dando ênfase à interligação entre apoio técnico, envolvimento familiar e recursos linguísticos.

Analisando as percentagens globais, foi possível identificar três eixos críticos de fragilidade. Com cerca de um terço das respostas (**40%**), temos **as barreiras linguísticas**, que se apresentaram como **obstáculo mais recorrente**, evidenciando **a necessidade de reforçar o ensino do Português Língua Não Materna (PLNM)**, assim como, **outras estratégias de apoio linguístico**. Seguidamente, surge **a ausência de apoio especializado**, em **37%** das respostas, demonstrando **a carência de equipas multidisciplinares** (psicólogos, mediadores culturais...), essenciais para promover **a adaptação das crianças e o seu bem-estar**. As **horas de apoio pedagógico insuficientes**, referidas por aproximadamente **33%** dos participantes, referem **limitações estruturais no funcionamento das escolas**, que **restringem a eficiência das medidas de acompanhamento individualizado**.

A **escassez de materiais de apoio (12,5%)**, a **falta de formação dos docentes sobre a diversidade cultural (8,3%)** e os **espaços pouco apropriados (8,3%)**, apesar de serem menos apontados, não devem ser descurados. Aliás, estes dados sugerem que alguns docentes ainda se sentem pouco preparados para lidar com a diversidade linguística e cultural em contexto de sala de aula, indicando **a necessidade de formação contínua em educação intercultural**. As percentagens mais elevadas asseguram **a relevância de uma abordagem colaborativa da inclusão, combinando acompanhamento psicopedagógico, apoio linguístico, formação docente e envolvimento familiar**. A inclusão depende de práticas e políticas coerentes, centralizadas na valorização da diversidade como condição de enriquecimento do processo educativo. Perante os resultados deste estudo, é fundamental **desenvolver planos estruturados de acolhimento e de integração, destacando o reforço das aulas de PLNM**, assim como, **a presença de mediadores culturais**.

Em suma, a análise quantitativa e interpretativa no que concerne às respostas revela que **a inclusão das crianças migrantes é um processo que requer recursos humanos especializados, tempo pedagógico adequado e práticas educativas interculturais**. É importante valorizar a diversidade cultural e linguística, em vez de a encarar como um desafio, uma vez que, se trata de uma hipótese de construir comunidades educativas mais solidárias, justas e inclusivas. Face a esta realidade as escolas necessitam de repensarem as suas estratégias de inclusão recorrendo a práticas interculturais, mais integradoras e sustentáveis.

Quadro 8 - Considera-se preparado(a) para lidar com a diversidade cultural em sala de aula?

	Frequência	Percentagem
Sim, totalmente	2	8,3%
Sim, mas com algumas dificuldades	18	75,0%
Sim, mas com muitas dificuldades	4	16,7%
Total	24	100,0%

Nota: Dados da pesquisa.

Com os dados obtidos verificamos que a maior parte dos docentes **(75%) considera-se preparada para lidar com a diversidade cultural no contexto de sala de aula**, apesar de sentirem algumas dificuldades. Somente uma pequena parte **(8,3%) sente-se totalmente preparada**, enquanto **16,7%** admitem enfrentar **muitas dificuldades nesse aspeto**.

Face aos resultados obtidos, os mesmos indicaram que, apesar de a maioria do corpo docente se considere capaz de trabalhar com a diversidade cultural, ainda são vários os desafios a serem superados de modo a garantir uma inclusão eficaz e total. Essa noção sugere a necessidade de reforçar a capacitação específica, a formação contínua e também o apoio institucional para minimizar as dificuldades enfrentadas pelos docentes no dia a dia.

Quadro 9 - Como caracteriza o envolvimento das crianças migrantes nas atividades escolares?

	Frequência	Percentagem
Muito envolvidas	4	16,7%
Pouco envolvidas	7	29,2%
Razoavelmente envolvidas	13	54,1%
Total	24	100,0%

Nota: Dados da pesquisa.

Esses dados sugerem que, apesar de uma **parte significativa das crianças migrantes participar das atividades**, existe um espaço considerável de modo a aumentar esse envolvimento. Isso pode designar barreiras como dificuldade linguística, integração social limitada, ou até mesmo falta de apoio adequado, o que é imprescindível para promover uma participação mais inclusiva e conseqüentemente mais ativa. A maioria dos participantes (**54,1%**) determina **o envolvimento das crianças migrantes nas atividades escolares como razoável**, enquanto **29,2%** observam que **essas crianças estão pouco envolvidas**. Somente **16,7%** considera que **as crianças migrantes estão bastante envolvidas nas atividades escolares**.

Quadro 10 - Medidas implementadas para promover a inclusão de crianças migrantes

Medidas	Frequência	Percentagem
Aulas de apoio à aprendizagem da língua portuguesa para o 1º ciclo ensino básico;	1	4,2%
Aulas de apoio à aprendizagem da língua portuguesa.	12	50,0%
Aulas de apoio à aprendizagem da língua portuguesa.; Atividades interculturais (ex.: celebração de diferentes culturas).	2	8,3%
Aulas de apoio à aprendizagem da língua portuguesa.; Atividades interculturais (ex.: celebração de diferentes culturas).; Apoio psicossocial às crianças migrantes.; Recursos humanos especializados (psicólogos, mediadores culturais).	1	4,2%
Aulas de apoio à aprendizagem da língua portuguesa.; Atividades interculturais (ex.: celebração de diferentes culturas).; Formação para docentes e assistentes operacionais sobre a diversidade cultural.	1	4,2%
Mediação entre escola e famílias migrantes.	2	8,3%
Não são necessárias medidas especiais porque a língua materna é a mesma.	1	4,2%
Nenhuma medida foi implementada.	3	12,5%
Recursos humanos especializados (psicólogos, mediadores culturais).; Aulas de apoio à aprendizagem da língua portuguesa.; Atividades interculturais (ex.: celebração de diferentes culturas).	1	4,2%
Total	24	100,0%

Nota: Dados da pesquisa.

Ao analisar os dados do **quadro 10**, referente às **medidas implementadas para promover a inclusão de crianças migrantes**, o mesmo possibilita conhecer as estratégias

que já são aplicadas pela escola, assim como reconhecer lacunas existentes no processo de inclusão.

No que se refere às principais medidas implementadas surge em primeiro lugar as **aulas de apoio à aprendizagem da língua portuguesa**, sendo **a medida mais referida**, quer de modo isolado (**50%**) quer em conjunto com outras estratégias. Foram, ao todo, **17 respostas** (cerca de **70,8%**) a referir esta medida (incluindo combinações), evidenciando **a preocupação com a barreira linguística**, habitualmente reconhecida como o maior desafio à inclusão. Posteriormente são mencionadas **as atividades interculturais**. São referidas em **20,8%**, ou seja, 5 respostas, **em conjunto com aulas de português ou com outras medidas, o que evidencia uma tentativa de valorizar a diversidade cultural**, ainda que limitada.

Os **recursos humanos especializados**, tais como psicólogos, mediadores culturais, entre outros, são mencionados em **12,5%**, cerca de **3 respostas**. Indicam um esforço mais estruturado, apesar de escasso, no que diz respeito ao suporte cultural e emocional.

Com cerca de **8,3% (2 respostas)** temos **a mediação entre a escola e as famílias migrantes**, salientando o quanto é importante o envolvimento familiar para que haja uma inclusão eficaz, se bem que ainda pouco praticada.

No que diz respeito **à formação para professores e assistentes operacionais acerca da multiculturalidade**, a mesma medida foi apenas apontada por **1 resposta**, o que significa **4,2%** da amostra, o que evidencia uma falta de investimento na capacitação profissional contínua.

Foi revelado por **3 participantes (12,5%)** que **nenhuma medida fora implementada, sendo este um dado bastante preocupante**, visto que **mostra estagnação ou inexistência de estratégias estruturadas**. Somente uma **1 resposta (4,2%)** refere **a ideia de que não são necessárias medidas especiais**, o que pode evidenciar **uma desvalorização no que diz respeito à diversidade cultural ou linguística que existe**, atribuindo uniformidade onde ela não existe.

Podemos então concluir que a maior parte centra-se **no ensino da língua portuguesa como ponto principal** no que diz respeito à inclusão de crianças migrantes, contudo, essa medida, isoladamente, não dá resposta à complexidade da inclusão escolar, a qual **requer abordagens integradas a nível cultural, pedagógico, social e emocional**.

A existência de casos onde foi referido que nenhuma medida foi tomada ou então que não se considera necessário agir necessita de ser encarada como um sinal de alerta, uma vez que se trata de uma falta de reconhecimento institucional da multiplicidade no contexto educativo. Também a formação docente e não docente, o apoio psicossocial e a baixa implementação de mediação cultural, apoio psicossocial e formação docente demonstra que o processo de inclusão, apesar de iniciado, necessita ainda de abrangência.

Em suma, este quadro mostra a necessidade de existir uma abordagem mais estruturada e holística, a qual considere a diversidade como um aspeto enriquecedor da escola.

Quadro 11 - Estratégias que considera mais positivas para a inclusão de crianças migrantes na escola

Estratégias	Frequência	Percentagem
Aulas de apoio à aprendizagem da língua portuguesa.	2	8,3%
Aulas de apoio à aprendizagem da língua portuguesa; Atividades interculturais e dinâmicas de grupo; Reforço de recursos humanos especializados.	2	8,3%
Aulas de apoio à aprendizagem da língua portuguesa; Formação contínua para docentes e assistentes; Mediação entre escola e famílias.	2	8,3%
Aulas de apoio à aprendizagem da língua portuguesa; Reforço.	2	8,3%
Aulas de apoio à aprendizagem da língua portuguesa; Atividades interculturais e dinâmicas de grupo; Apoio psicossocial às crianças.	1	4,2%
Aulas de apoio à aprendizagem da língua portuguesa; Atividades interculturais e dinâmicas de grupo; Formação contínua para docentes; Mediação entre escola e famílias; Reforço de recursos humanos especializados.	1	4,2%
Aulas de apoio à aprendizagem da língua portuguesa; Mediação entre escola e famílias.	1	4,2%
Aulas de apoio à aprendizagem da língua portuguesa; Mediação entre escola e famílias; Apoio psicossocial; Formação contínua.	1	4,2%
Aulas de apoio à aprendizagem da língua portuguesa; Mediação entre escola e famílias; Atividades interculturais; Reforço; Apoio psicossocial.	1	4,2%
Aulas de apoio à aprendizagem da língua portuguesa; Mediação; Atividades interculturais; Reforço; Formação contínua; Apoio psicossocial.	1	4,2%
Aulas de apoio à aprendizagem da língua portuguesa; Mediação; Reforço.	1	4,2%
Aulas de apoio à aprendizagem da língua portuguesa; Reforço; Apoio psicossocial.	1	4,2%
Mediação entre escola e famílias.	1	4,2%
Mediação; Apoio psicossocial.	1	4,2%
Mediação; Apoio psicossocial; Formação contínua; Reforço.	1	4,2%
Mediação; Atividades interculturais; Formação contínua.	1	4,2%
Mediação; Aulas de apoio; Reforço; Atividades interculturais.	1	4,2%
Mediação; Reforço.	1	4,2%
Mediação; Reforço; Apoio psicossocial.	1	4,2%
Reforço; Mediação; Aulas de apoio.	1	4,2%
Total	24	100,0%

Nota: Dados da pesquisa.

Após a análise do **quadro 11** é possível identificar **as estratégias que são consideradas mais eficazes pelos docentes no que se refere às crianças migrantes**. As respostas foram abertas e combinam práticas distintas, demonstrando uma visão multidimensional sobre o tema.

Apesar da enorme diversidade de respostas, foi possível reunir os elementos que foram mais mencionados. Os resultados demonstram o seguinte:

Estratégia-chave	Frequência	Percentagem
Aulas de apoio à aprendizagem da língua portuguesa	20	83,3%
Mediação entre escola e famílias migrantes	15	62,5%
Reforço de recursos humanos especializados (psicólogos, técnicos, etc.)	13	54,2%
Apoio psicossocial às crianças migrantes	9	37,5%
Atividades interculturais e dinâmicas de grupo	7	29,2%
Formação contínua para docentes e assistentes operacionais	6	25,0%

Nota: Algumas das respostas incluíram mais do que uma estratégia.

Perante estes dados **as aulas de apoio à aprendizagem da língua portuguesa são reconhecidas unanimemente como a medida mais impactante**. A **comunicação eficaz** foi encarada como **essencial para o sucesso da integração social e escolar destas crianças**. Como **segunda estratégia mais referenciada** surgiu a **mediação entre a escola e as famílias migrantes**, evidenciando a **importância da articulação entre os contextos familiar e escolar**. Assim sendo, existiu a consciência, por parte dos docentes, sobre a **necessidade de envolvimento das famílias como agentes ativos no processo educativo**.

Constatou-se também a **valorização do reforço de recursos humanos especializados, tais como mediadores culturais ou psicólogos**, assim como a **necessidade de apoio psicossocial**, que identifica a importância da dimensão emocional no processo de inclusão. **A formação contínua dos docentes e as atividades interculturais** complementaram a lista de estratégias mais valorizadas, indicando uma abordagem inclusiva que não se limita ao domínio linguístico, mas também **contempla aspetos pedagógicos, emocionais e culturais**.

Os resultados evidenciaram uma **vasta compreensão relativamente às exigências da inclusão**, assim como a **perceção de que esta necessita de ser promovida através de um conjunto estruturado de estratégias**. Perante esta variedade de respostas também foi sugerido a **criação de práticas diferenciadas entre contextos escolares**, o que pode refletir a necessidade de maior uniformização e planeamento institucional.

Quadro 12 - Avaliação do impacto das estratégias de inclusão já implementadas

Avaliação	Frequência	Percentagem
Bastante positivo.	2	8,3%
Positivo.	7	29,2%
Razoável.	11	45,8%
Negativo.	4	16,7%
Total	24	100,0%

Nota: Dados da pesquisa.

Relativamente ao **quadro 12**, este apresenta a avaliação dos profissionais no que se refere ao impacto das estratégias de inclusão de crianças migrantes já implementadas na escola.

Constata-se que somente **8,3%** dos inquiridos consideram **o impacto bastante positivo**, enquanto **29,2%** avaliam-no como **positivo**. A maioria, **45,8%**, classifica o **impacto** como **razoável**, enquanto **16,7%** dos participantes consideram o **impacto negativo**.

Perante estes resultados, podemos considerar que **apesar das medidas de inclusão estarem a ser aplicadas, a sua eficiência ainda é encarada como limitada ou até mesmo insuficiente, por quase metade dos participantes**. Aliás, a **avaliação preponderante de impacto razoável sugere que as estratégias que existem contribuem para a inclusão, no entanto, necessitam de melhorias significativas**.

Relativamente à **dimensão considerável de avaliações negativas** também **demonstra desafios constantes**, assim como, **dificuldades na concretização de uma inclusão eficaz**. Assim sendo é necessário continuar a **investir em formação, recursos e adaptações pedagógicas, bem como em processos de monitorização e avaliação contínuos** de modo a ajustar as estratégias às necessidades reais dos alunos migrantes.

Em suma, os dados indicaram um cenário em evolução, em que as práticas já implementadas são um passo importante, contudo carece de reforço e aperfeiçoamento de modo a garantir resultados mais positivos.

Quadro 13 - Melhorias Sugeridas para a Inclusão de Crianças Migrantes na Escola

O que poderia ser melhorado para promover a inclusão de crianças migrantes na escola?	Comentários / Detalhes
Ambiente acolhedor e inclusivo	Fortalecer relações com famílias e promover a participação da comunidade escolar
Apoio educativo, pedagógico e psicossocial	Apoio estruturado e contínuo
Apoio linguístico estruturado e contínuo	Currículo e atividades culturalmente inclusivas
Testes de proficiência	Colocar alunos em turmas conforme nível de aprendizagem
Apoio em sala e recreio	Para ajudar na aprendizagem da língua e facilitar amizades
Aulas de apoio específicas	Para aprendizagem da língua portuguesa
Avaliação correta do nível escolar	Incluindo criação de um ano “zero” para integração
Figura do mediador cultural	Facilitar integração e aceitação cultural
Mais professores de apoio	Aumento da carga horária de apoio
Equipamentos tecnológicos	Para maior diversidade e autonomia nas atividades pedagógicas
Mais mediadores e horas de apoio	Maior responsabilização das famílias
Investimento em mais recursos humanos especializados	Professores de português, coadjuvantes, psicólogos, assistentes sociais, mediadores
Formação contínua e obrigatória	Temas: diversidade cultural, educação inclusiva, comunicação intercultural, gestão de sala

Currículo inclusivo	Incluir culturas, línguas, histórias e perspetivas diversas
Comunicação melhorada com famílias	Tradução de documentos, intérpretes, reuniões adaptadas
Espaços seguros e acolhedores	Políticas contra discriminação, exclusão social e bullying,
Parcerias com organizações comunitárias	ONGs, centros culturais, serviços sociais e associações de migrantes
Flexibilidade pedagógica e avaliativa	Métodos de ensino e avaliação adaptados à diversidade cultural e linguística.
Monitorização e avaliação contínua	Acompanhamento das estratégias de inclusão
Mais apoios técnicos e especializados	Para melhor integração
Diálogo entre família e escola	Fortalecimento da comunicação
Formação profissional para docentes e assistentes	Reforço das competências para lidar com diversidade
Recursos materiais e humanos ampliados	Para suporte às estratégias
Mediação cultural ativa	Facilitar integração cultural
Contexto Pré-Escolar	Medidas menos necessárias, crianças crescem juntas e falam português
Envolvimento da população migrante	Participação ativa no processo de inclusão
Inclusão simultânea de famílias e crianças	Atividades interculturais e esclarecimentos sobre hábitos e costumes locais
Mentoria entre pares e metodologias inclusivas	Estratégias de ensino mais inclusivas

Fazendo uma análise ao quadro 13, o mesmo apresenta um **leque diversificado de sugestões para melhorar a inclusão de crianças migrantes no contexto escolar**, salientando a complexidade desse processo. A inclusão efetiva vai muito para além da simples presença física dos alunos no contexto de sala de aula, uma vez que engloba o reconhecimento das suas especificidades, assim como, a adaptação do ambiente escolar a fim de que consigam participar e aprender em igualdade de condições. Portanto, a inclusão de crianças migrantes na escola não se trata de um desafio simples ou unidimensional; ela procura uma abordagem sensível e integrada no que se refere às variadíssimas realidades educativas, culturais e sociais dessas crianças.

O **apoio pedagógico e linguístico especializado** é primordial para que as crianças consigam superar barreiras iniciais, construindo uma trajetória educativa sólida. No entanto, a **formação contínua dos profissionais da educação**, assim como, **os investimentos em recursos humanos especializados** são igualmente cruciais para que esses apoios sejam realmente eficazes. É imprescindível que os educadores estejam preparados para utilizá-los com competência e sensibilidade.

A **participação ativa da comunidade escolar e das famílias migrantes** contribui para o **fortalecimento de vínculos**, **diminui preconceitos** e origina uma **cultura escolar mais solidária**, mais aberta. Além de que, **a criação de um ambiente inclusivo, acolhedor e seguro**, que **aprecie a diversidade cultural** e **promova o diálogo** entre a escola, as famílias e a comunidade, aparece como **essencial para o sucesso da inclusão**.

Por fim, a **flexibilidade pedagógica e avaliativa**, que respeita os contextos e ritmos individuais, fortalece a ideia de que a escola deve ser um **espaço de aprendizagem para todos**, e não um modelo rígido que exclui os que fogem ao padrão normativo. Aliás, propostas tais como a **introdução de um “ano zero”** ou até mesmo a **adoção de metodologias inclusivas** apresentam o compromisso com a equidade educativa.

Por conseguinte, refletir sobre essas melhorias propõe que a verdadeira inclusão não seja um estado final, mas sim um percurso contínuo de construção coletiva, em que cada elemento da comunidade escolar assume um papel essencial a desempenhar. Assim sendo, o desafio é enorme, contudo, o investimento em estratégias integradas é a forma de garantir que todas as crianças, apesar da sua origem, consigam sentir-se parte da escola e tenham acesso a uma educação de qualidade.

2.4.2. Resultados das entrevistas

Através da análise das entrevistas efetuadas à Diretora do Agrupamento de Escolas (D), à Coordenadora de um estabelecimento de ensino (CE) e à Coordenadora de Departamento do 1.º Ciclo do Ensino Básico (CD) foi possível compreender as perceções e as práticas relacionadas com o processo de inclusão de crianças migrantes no contexto escolar. Aliás, o discurso das entrevistadas demonstrou uma consciência real dos desafios persistentes de cariz linguístico, pedagógico e organizacional.

Relativamente à categoria “Apreciação do Processo de Inclusão de Crianças”, de modo geral, todas as entrevistadas admitiram o processo de inclusão **complexo**, o qual requer **colaboração e tempo por parte de todos os intervenientes**.

D referiu que, apesar de difícil, **a adaptação das crianças tende a ser mais espontânea e natural**, CE ressaltou a ideia de que a inclusão só é possível com o **envolvimento de toda a comunidade educativa**, salientando o papel central das estruturas intermédias. Já CD acrescentou que a inclusão das crianças migrantes vai muito para além do acesso à escola, uma vez que se deve **promover o respeito, a empatia e a convivência multicultural**.

“Quando se trata de inclusão nunca falamos de um processo fácil, ágil e rápido. Mesmo assim, atrevo-me a dizer que é muito mais fácil fazer acontecer essa inclusão de modo positivo com crianças do que com adultos.” (D)

“Para haver uma verdadeira inclusão tem de haver envolvimento de toda a comunidade educativa, assumindo as lideranças intermédias um papel fulcral nesse contexto.” (CE)

“A inclusão das crianças migrantes na escola é um passo essencial para garantir a igualdade de oportunidades e um ambiente acolhedor para todos. [...] A inclusão escolar não é apenas um direito, é também uma oportunidade de enriquecer a convivência preparando cidadãos mais solidários e conscientes da diversidade do mundo.” (CD)

Em relação ao papel das estruturas de apoio, assim como a EMAEI, também é apontado como algo fundamental no acompanhamento individualizado.

“Tem de haver sempre uma avaliação diagnóstica e depois, caso manifestem determinadas dificuldades, um acompanhamento por parte da EMAEI.” (CE)

No que diz respeito à categoria “Medidas Definidas / Estratégias Existentes”, as entrevistas mostraram que o agrupamento dispõe de **diversas medidas estruturadas de inclusão**, destacando o **ensino do Português Língua Não Materna (PLNM)**, projetos de **acolhimento e integração** assim como também ações de **mediação cultural**. D ressaltou a existência de **documentação orientadora e de enquadramento legal** que sustentam essas medidas. CE e CD mencionaram ainda **práticas concretas de acolhimento e sensibilização cultural**.

“Das diferentes medidas temos: PLNM (Português Língua Não Materna), equipa multidisciplinar do PEDIME com o Projeto de Acolhimento e Inclusão de Alunos Migrantes, Projeto REEI (Rede de Escolas para a Educação Intercultural) e Mediadora Cultural.” (D)

“Há documentação publicada pela DGE com orientações para a ‘Inclusão de Alunos Migrantes em Meio Educativo’ [...]. Foi aprovado um Decreto-Lei que permite ao AECE colocar alunos estrangeiros no respetivo ano letivo sem necessidade de recorrer ao procedimento formal de equivalência.” (D)

“No início do ano letivo, a Direção receciona todos os alunos/pais num clima de abertura, acolhimento e respeito pelas diferenças [...]. Existem grupos de apoio educativo, especialmente o de Português Língua Não Materna.” (CE)

“A comunidade escolar está sensibilizada para essa inclusão, aliás acho efetivamente que onde é feita uma verdadeira inclusão é dentro dos portões das escolas, pois é onde as crianças gostam de estar, arranjam amigos, começam a ter contacto com a língua.” (CD)

No que concerne à categoria “Fatores Positivos no Processo de Inclusão”, foram reconhecidos vários fatores que **favorecem o sucesso da inclusão**, tais como o **acolhimento escolar**, o **apoio linguístico**, a **participação familiar** e a **motivação das próprias crianças**. Para além disso, a **promoção de atividades interculturais** e a **existência de políticas de inclusão claras** foram encaradas como pontos fundamentais.

“A predisposição dos próprios, pois ninguém aprende se não o quiser fazer e ninguém se adapta a um local se não quiser estar; o esforço e a resiliência de ambas as partes (alunos e docentes) e acredito que o restante venha por acréscimo e naturalmente.” (D)

“O acolhimento e a sensibilização da comunidade escolar, o apoio linguístico, a valorização da cultura de origem, a participação da família, o combate ao preconceito e à discriminação.” (CE)

“Que todos os intervenientes (professores, funcionários...) estejam preparados para lidar com a diversidade cultural e linguística; que a escola promova atividades entre os alunos locais e os alunos migrantes.” (CD)

Em relação à categoria “Dificuldades Sentidas na Inclusão”, apesar de avanços, existiram, na opinião das entrevistadas diversos **constrangimentos** que comprometeram a plena inclusão. Os mais mencionados foram a **falta de recursos humanos**, as **diferenças curriculares e culturais**, as **barreiras linguísticas** e a **baixa participação das famílias migrantes**.

“Prendem-se, no contexto escolar, com a língua materna e com os diferentes currículos e modos de aprendizagem/avaliação nos seus países de origem. [...] Por vezes são alunos com muito bons desempenhos nos seus países de origem e as dificuldades que encontram no país de chegada leva a que esse desempenho não seja o que estão habituados.” (D)

“Temos a barreira linguística [...]. Também as diferenças culturais, os costumes, valores e práticas educativas podem ser muito diferentes do país de origem. [...] Não nos podemos esquecer também da baixa participação dos pais na educação.” (CD)

CE salientou ainda **a escassez de docentes e técnicos especializados** como um entrave.

“Há uma pressão de rede enorme, a dificuldade em ter docentes, pessoal não docente e técnicos suficientes para conseguir dar resposta a esta chegada contínua de alunos.” (CE)

Por fim, foi referido que a inclusão é mais difícil quando as turmas estão **sobrelotadas ou com alunos com necessidades especiais severas**.

“O maior desafio da Direção é a inclusão escolar das crianças migrantes em turmas já completas ou que incluem casos de grandes necessidades.” (D)

Para finalizar, na última categoria “Sugestões de Melhoria”, as entrevistadas apresentaram propostas com vista ao aperfeiçoamento do processo inclusivo, desde mudanças estruturais até medidas pedagógicas. Também foram incluídas outras sugestões, tais como **maior autonomia das escolas** na gestão de turmas e matrículas, **reforço do ensino de PLNM e utilização de materiais bilingues; apoio psicológico contínuo e especializado; formação em diversidade cultural para docentes e não docentes e melhoria da comunicação com as famílias e parcerias com a comunidade**.

“Os alunos deviam fazer avaliações específicas e serem colocados no ano adequado aos seus conhecimentos e também poderia haver um ano 0, onde apenas fosse trabalhada a língua.” (D)

“Melhorar a inclusão de crianças migrantes na escola é um processo contínuo que envolve um trabalho conjunto entre docentes, não docentes, famílias, alunos e comunidade local. [...] O sucesso da integração depende de um compromisso coletivo.” (CD)

“A formação é, com certeza, de extrema importância, formação que inclua docentes, funcionários e os próprios pais.” (CE)

Em suma, os discursos das entrevistadas refletiram a existência de uma **robusta consciência institucional da importância da inclusão**, associada a **boas práticas já consolidadas**, mas também a **limitações estruturais e pedagógicas** que dificultam a sua eficácia plena. Assim sendo, é evidente que existe falta de autonomia por parte dos estabelecimentos de ensino para adaptar o percurso dos alunos de acordo com a sua aprendizagem prévia, existindo a possibilidade de desenvolver sentimentos de frustração, essencialmente nos que tinham um bom desempenho escolar no seu país de origem.

Foi entendida a inclusão de crianças migrantes como **um processo dinâmico e colaborativo**, necessitando de **formação contínua, envolvimento comunitário, recursos adequados e políticas coerentes**, além de que requer um reposicionamento pedagógico, organizacional e ético da escola, em que o currículo é flexível e os discentes são reconhecidos tendo em conta as suas identidades culturais. É imprescindível que as escolas tenham mais autonomia pedagógica, assim como recursos especializados, a fim de que possam agir de modo equitativo e justo. Aliás, a formação contínua para todos os agentes educativos, tal como o reforço da mediação cultural são pontos fundamentais para que a inclusão se torne uma realidade vivenciada por todos os alunos, apesar da sua origem.

Esta análise demonstra que a construção de uma escola inclusiva depende não somente do compromisso individual dos seus profissionais, mas, também de estratégias organizacionais e políticas coerentes centradas nos direitos dos discentes.

Como refere uma das entrevistadas:

“A inclusão escolar não é apenas um direito — é uma oportunidade de enriquecer a convivência.” (CD)

2.4.3. Síntese final da análise de dados

Procedendo a uma análise conjunta dos inquéritos por questionários e das entrevistas salientou-se uma visão bastante positiva e comprometida por parte da comunidade educativa relativamente à inclusão de crianças migrantes no 1.º Ciclo do Ensino Básico, apesar ainda existirem limitações a nível linguístico, estrutural e organizacional.

Com a triangulação dos dados foi possível certificar a coerência entre as perceções da Diretora, da Coordenadora de Departamento do 1.º Ciclo e da Coordenadora de Estabelecimento, assim como, as tendências reconhecidas nas respostas dos questionários.

No que concerne à apreciação global do processo de inclusão, os resultados quantitativos dos questionários e das entrevistas indicaram uma forte valorização da inclusão como princípio educativo e social. A maior parte dos inquiridos considerou que a escola tem vindo a desenvolver esforços significativos para acolher alunos migrantes promovendo a

igualdade de oportunidades. No reforço desta perceção estiveram os dados das entrevistas, evidenciando que, apesar de ser um processo exigente, a adaptação das crianças tende a ocorrer de forma natural e positiva. Como foi dito por uma entrevistada:

“É muito mais fácil fazer acontecer essa inclusão de modo positivo com crianças do que com adultos.” **(D)**

Relativamente aos questionários, mais de metade dos participantes concordou que a inclusão tem impacto positivo na convivência escolar, favorecendo a empatia e o respeito entre pares. Assim sendo foi visível uma convergência clara entre os dados quantitativos e qualitativos no que diz respeito à relevância da inclusão para o desenvolvimento de comunidades educativas interculturais e mais solidárias.

Os questionários revelaram que as medidas e estratégias implementadas mais valorizadas pelos docentes são o ensino de Português Língua Não Materna (PLNM), os projetos de acolhimento e integração, assim como, acompanhamento psicopedagógico individualizado. Também as entrevistas confirmaram esta tendência, destacando o papel central dessas práticas na integração inicial dos alunos:

“O ensino do Português Língua Não Materna tem sido o maior foco para facilitar a integração linguística. Este programa tem sido essencial para que os alunos adquiram competências linguísticas necessárias à sua integração académica e social.” **(CE)**

Além disso, as entrevistadas mencionaram projetos institucionais estruturados tais como o PEDIME e o REEI, assim como a existência de mediadores culturais e planos de acolhimento, o que corrobora a perceção dos docentes inquiridos de que a escola dispõe de mecanismos formais de inclusão. Por conseguinte, os dados convergem no aspeto de que existem políticas consistentes e ativas, ainda que com recursos insuficientes para a sua concretização plena.

Os docentes, nos questionários, salientaram como principais fatores facilitadores da inclusão o apoio linguístico especializado, a abertura das crianças à diversidade cultural e o acolhimento caloroso da comunidade escolar.

As entrevistadas também reforçaram e aprofundaram estes aspetos, evidenciando a predisposição e resiliência dos próprios alunos migrantes, tal como a colaboração entre pares e professores:

“O esforço e a resiliência de ambas as partes — alunos e docentes — e acredito que o restante venha por acréscimo e naturalmente.” **(D)**

Assim sendo, a dimensão humana e relacional foi considerada como o principal motor da inclusão.

No que diz respeito às dificuldades e aos desafios, quer nas entrevistas quer nos questionários, os participantes indicaram como dificuldade mais significativa a barreira linguística. Nos questionários, mais de 70% dos inquiridos indicaram que a falta de domínio do português é o principal obstáculo à aprendizagem e à integração social. Também as entrevistas mencionaram essa constatação, evidenciando ainda diferenças curriculares e culturais, baixa participação familiar e escassez de recursos humanos:

“Temos a barreira linguística [...]. Também as diferenças culturais, os costumes, valores e práticas educativas podem ser muito diferentes do país de origem.” **(CD)**

“Há uma pressão de rede enorme, a dificuldade em ter docentes, pessoal não docente e técnicos suficientes.” **(CE)**

Efetuada uma análise cruzada, esta confirmou que os constrangimentos são multidimensionais, englobando fatores pedagógicos, estruturais e socioeconómicos.

As respostas aos questionários e as entrevistas convergiram para as seguintes sugestões de melhoria: reforço do ensino de PLN e recursos bilingues; criação de um “ano zero” de imersão linguística; formação contínua para docentes e não docentes sobre diversidade cultural; apoio psicológico e emocional especializado e um maior envolvimento das famílias, assim como dos parceiros locais.

Tal como é referido numa das entrevistas:

“Melhorar a inclusão de crianças migrantes na escola é um processo contínuo que envolve um trabalho conjunto entre docentes, não docentes, famílias e comunidade local.” **(CD)**

Nos inquéritos por questionários, as medidas mais valorizadas coincidiram com estas, principalmente no reforço do apoio linguístico, indicado por cerca de 80% dos participantes e na necessidade de mais formação e recursos humanos, referida por mais de 60%.

O cruzamento dos dados demonstrou um alinhamento entre perceções e práticas, uma vez que foi visível existir uma forte consciência da importância da inclusão, assim como uma valorização das iniciativas existentes em curso, tal como uma consciência crítica das limitações reais. Assim sendo, os dados quantitativos confirmaram as propensões observadas nas entrevistas, enquanto as narrativas qualitativas possibilitaram a compreensão das experiências, bem como, dos significados conferidos à inclusão.

Em suma, o estudo demonstrou que a inclusão das crianças migrantes foi reconhecida como um pilar essencial para a equidade educativa, contudo exige apoios consistentes, envolvimento comunitário e formação contínua para que seja plenamente eficaz.

2.5. Fases do estudo que fundamentam o Projeto

O desenvolvimento deste projeto seguiu uma abordagem metodológica estruturada e rigorosa, com o objetivo de assegurar a fiabilidade, a validade e a riqueza interpretativa dos dados recolhidos. Assim sendo, a investigação assentou numa estratégia de triangulação, que, de acordo com Piscalho (2021), possibilita uma confirmação mais robusta dos resultados, promovendo uma visão ampla e holística do tema em estudo. Por conseguinte, esta estratégia favoreceu o pluralismo metodológico, já que combinou diferentes instrumentos de recolha de dados, promovendo a complementaridade entre as abordagens qualitativa e quantitativa.

Esta investigação assumiu uma abordagem descritiva e exploratória, com base numa metodologia mista, uma vez que integraram métodos qualitativos e quantitativos. Esta combinação possibilitou uma análise mais rica e comparativa das evidências obtidas, o que contribuiu para a construção de um quadro mais fidedigno da realidade investigada.

Procedeu-se à elaboração de um questionário online, utilizando a plataforma Google Forms. O inquérito por questionário, conforme é mencionado por Tuckman (2000) e outros autores, permite uma célere recolha de informação próximo de um número significativo de participantes, garantindo a liberdade de resposta, respeitando o anonimato, possibilitando a flexibilidade no momento da participação. Portanto, trata-se, de um instrumento acessível e eficaz para a recolha de dados de modo estruturado e abrangente.

No que concerne à análise dos dados recolhidos, foram consideradas variáveis independentes, cuja influência nas respostas foi cuidadosamente ponderada, conforme defendido por Prodanov & Freitas (2013). Estas variáveis subdividiram-se em: variáveis sociodemográficas: idade e variáveis socioprofissionais: anos de serviço na docência; anos de serviço no agrupamento de escolas e habilitações académicas. A idade pode influenciar a perceção dos docentes, visto que a idade pode estar associada à experiência profissional e à maturidade. Por sua vez, o tempo de serviço e o nível de habilitações académicas também constituem fatores relevantes na interpretação das práticas e perspetivas dos participantes, o que pode influenciar diretamente os resultados obtidos.

Relativamente à componente qualitativa do estudo, este teve uma natureza essencialmente interpretativa, a qual foi essencial para complementar os dados quantitativos. A análise de conteúdo, de acordo com os princípios estabelecidos por Bardin (2004), foi a técnica adotada para interpretar as entrevistas, aprofundando a compreensão das perceções dos participantes. Esta técnica contribuiu para assegurar a fiabilidade, a qualidade e a profundidade dos dados qualitativos obtidos.

Portanto, a combinação das abordagens qualitativa e quantitativa proporcionou uma compreensão detalhada do tema em estudo, permitindo identificar padrões e significados relevantes.

Os resultados obtidos visam contribuir para o desenvolvimento de práticas educativas mais inclusivas e eficazes, assim como, para a construção de uma escola que considere a diversidade, promovendo a equidade no processo de ensino e aprendizagem.

2.6. Considerações Éticas na Investigação

A ética assumiu um papel essencial na condução desta investigação. Foram assegurados todos os procedimentos necessários, assegurando a confidencialidade e a privacidade dos dados de todos os participantes, em cada etapa da recolha de informação. Foi requerido o consentimento informado a todos os envolvidos na investigação, tendo sido este obtido previamente.

Durante todo o processo, os participantes foram tratados com respeito e empatia, estabelecendo um ambiente de confiança e cordialidade que favoreceu a sua colaboração no que diz respeito a fornecer informações detalhadas e relevantes, contribuindo para a qualidade dos dados recolhidos. A identidade dos participantes foi protegida através do anonimato das respostas.

Depois de serem devidamente esclarecidos sobre o carácter anónimo e confidencial da investigação, todos os participantes concordaram, integralmente, em participar no estudo.

III - PROPOSTA DE INTERVENÇÃO

3.1. Justificação da pertinência do Projeto

Face à constante mudança e transformação que está a ocorrer em todo o mundo as escolas são o centro dessa mudança. De acordo com esta situação, compete às escolas e aos professores acompanhar essa mudança/transformação, por conseguinte, a escola necessita de reajustar as metodologias, práticas e estratégias, a fim de atingir uma inclusão plena.

No seguimento da fase exploratória e diagnóstica que foi realizada num Agrupamento de Escolas, foi visível a necessidade de se reforçar os instrumentos de inclusão e acolhimento e inclusão dos alunos migrantes, nomeadamente dos que se encontram em regime de Português Língua Não Materna (PLNM). A análise SWOT (Forças, Oportunidades, Fraquezas e Ameaças) possibilitou reconhecer forças importantes, tais como a existência de algumas práticas inclusivas já implementadas, assim como a boa vontade da comunidade educativa; contudo, também identificou fraquezas significativas, como dificuldades linguísticas persistentes, ausência de estratégias estruturadas e lacunas na formação dos professores no que diz respeito à diversidade cultural e linguística.

Assim sendo, tendo em conta a crescente tendência de chegada de alunos migrantes, assim como os desafios que isso apresenta para o contexto escolar, torna-se importante prosseguir com a proposta de um projeto de intervenção. Este projeto pretende atender as necessidades identificadas, assim como recomendar medidas de gestão educativa ajustadas ao acolhimento e à integração plena destes discentes.

Aliás, constam deste projeto ações específicas, as quais são adaptáveis à realidade do Agrupamento de escolas, mas que poderá ser aplicado também noutros contextos educativos com características idênticas. Pretende-se que seja promovida a inclusão por meio do apoio psicopedagógico, da formação dos docentes e assistentes operacionais, reforço da aprendizagem linguística e da dinamização de atividades interculturais com toda a comunidade escolar.

É necessário garantir que os alunos migrantes sejam recebidos de modo eficaz e que consigam participar, ativamente, no processo educativo, com as mesmas condições que os seus pares, colaborando para a construção de uma escola verdadeiramente multicultural, inclusiva e imparcial.

3.2. Objetivos do Projeto de Intervenção

Para este projeto de intervenção definiram-se os seguintes objetivos:

Objetivo Geral:

- Promover a inclusão social e educacional de crianças migrantes no 1.º Ciclo do Ensino Básico, proporcionando apoio pedagógico, emocional e cultural, de modo que ocorra uma integração plena na escola e na comunidade, respeitando as origens culturais, observando a diversidade como uma riqueza para todos.

Objetivos Específicos:

1. Incluir as crianças migrantes no ambiente escolar através de ações linguísticas, emocionais e culturais.
2. Promover atividades que incentivem a convivência entre crianças migrantes e as locais, a fim de reduzir os preconceitos e aumentar a compreensão mútua e a empatia.
3. Possibilitar apoio psicopedagógico às crianças com maior dificuldade de adaptação, lidando com barreiras linguísticas, cognitivas e emocionais.
4. Consciencializar a comunidade educativa para os desafios das crianças migrantes, de forma a envolver todos no processo de inclusão.

3.3. Estrutura do Projeto

O Projeto de Intervenção assenta em cinco eixos fundamentais de ação, cuja implementação está alinhada com os objetivos previamente definidos:

Acolhimento Linguístico e Cultural

- Aulas de Português Língua Não Materna adaptadas às faixas etárias, assim como aos níveis de proficiência dos alunos migrantes.
- Sessões de introdução cultural e institucional sobre a escola, ministradas em linguagem acessível.
- Elaboração de um "kit de boas-vindas" multilingue para novos alunos e respetivas famílias.

Promoção da Interculturalidade

- Rodas de conversa e oficinas interculturais com partilha de experiências, tradições e histórias de vida.
- Comemoração do Dia da Diversidade Cultural, com participação ativa de alunos, famílias e comunidade local.

- Atividades de “troca linguística” com os colegas portugueses, promovendo o respeito pelas línguas de origem.

Apoio Psicopedagógico e Emocional

- Criação de grupos de apoio emocional com acompanhamento especializado.
- Acompanhamento individualizado das crianças migrantes, especialmente das que revelem dificuldades de integração ou sinais de trauma.
- Sessões de apoio e informação para as famílias, com o objetivo de ajudá-los a compreender o sistema educacional, assim como as redes de apoio disponíveis, promovendo o seu envolvimento no percurso educativo dos filhos.

Formação Contínua da Comunidade Educativa

- Workshops de sensibilização para docentes e assistentes operacionais sobre os desafios enfrentados por crianças migrantes, abordando temas como trauma, diferenças culturais, e como lidar com questões linguísticas.
- Ações de Conscientização nas Escolas: realização de palestras e workshops para estudantes locais, promovendo a empatia e a solidariedade para com as crianças migrantes.

Envolvimento da Comunidade e Articulação com Parceiros

- Estabelecimento de parcerias com associações locais de apoio a migrantes.
- Criação de uma rede de mentores voluntários (pais, ex-alunos, membros da comunidade).
- Participação ativa dos pais e encarregados de educação nas atividades escolares.

Estas ações pretendem respeitar a especificidade do contexto estudado, no entanto, apresentam flexibilidade para serem replicadas, adaptadas ou complementadas consoante a realidade de outros agrupamentos escolares.

3.4. Recursos Necessários

Tendo presentes os objetivos propostos para a implementação do Projeto de Intervenção, bem como as atividades que se pretende concretizar, os recursos necessários com vista à sua consecução serão:

- Contratação de professores, terapeutas, psicólogos e outros técnicos.
- Recursos para eventos culturais e educativos.
- Materiais pedagógicos para aulas de línguas e atividades interculturais.
- Espaços e logística para workshops e eventos.

3.5. Cronograma de Implementação

Fase 1: Planeamento (1.º mês)

- Definição da equipa de implementação.
- Levantamento das necessidades das crianças migrantes nas escolas.
- Planeamento do currículo para aulas de língua portuguesa e atividades de sensibilização.

Fase 2: Implementação Inicial (2.º ao 4.º mês)

- Aulas de português e dos workshops culturais.
- Grupos de apoio psicopedagógico e emocional.
- Rodas de conversa multicultural.
- Formação para educadores, professores e assistentes operacionais.

Fase 3: Expansão e Consolidação (5.º ao 7.º mês)

- Avaliação do impacto das primeiras ações.
- Ajustes necessários nas abordagens pedagógicas e de apoio emocional.
- Expansão do programa de apoio linguístico e psicopedagógico.

Fase 4: Avaliação (8.º mês)

- Avaliação de resultados, com feedback de pais, crianças e educadores.
- Consolidação de práticas bem-sucedidas e ampliação do projeto para mais escolas.
- Estabelecimento de parcerias duradouras com a comunidade local e organizações de apoio a migrantes.

3.6. Avaliação do Projeto de Intervenção

Relativamente à avaliação das atividades que constituem o Projeto de Intervenção e que pretendem a melhoria das fraquezas e das “ameaças” reconhecidas neste Trabalho de Projeto, estabelecem-se como indicadores:

- Participação nas atividades interculturais.
- Melhoria na proficiência linguística.
- Redução de comportamentos discriminatórios.
- Envolvimento dos encarregados de educação.

Assim sendo, instituem-se como indicadores de sucesso esperados:

- Aumento do sentimento de pertença das crianças migrantes
- Participação ativa nas atividades escolares

- Maior envolvimento dos docentes e assistentes na promoção da inclusão
- Melhoria no desempenho académico e na frequência

3.7. Instrumentos de Recolha de Dados

- Recolha sistemática de dados com observações e entrevistas.
- Avaliação formativa (monitorização) ao longo da implementação através de grelhas de observação e reuniões de feedback.
- Avaliação sumativa no final (relatórios, feedback, análise de resultados).

Para além de todas estas ações, seria importante a criação de um guia de acolhimento de migrantes, para alunos e encarregados de educação com a seguinte informação:

1. Caracterização externa do agrupamento de escolas
2. Onde posso aprender língua portuguesa
3. Escolas do agrupamento de escolas
4. Contactos da sede do agrupamento de escolas
5. Calendário escolar
6. Como posso matricular o meu filho
7. Sistema de equivalência de habilitações
8. Como é que o meu filho pode almoçar na escola
9. O meu filho pode ter transporte gratuito para a escola
10. O papel do encarregado de educação
11. Direitos dos alunos
12. Deveres dos alunos
13. Oferta formativa do agrupamento de escolas
14. O que se aprende nas escolas portuguesas
15. Regime de faltas
16. Projetos/atividades de enriquecimento/ complemento curricular
17. Informações úteis de apoio aos migrantes

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho propôs investigar a percepção e as práticas de inclusão de crianças migrantes, articulando dados quantitativos e qualitativos recolhidos junto de docentes e de elementos da direção e coordenação. Esta pesquisa possibilitou reconhecer os principais desafios, necessidades e estratégias que determinam este procedimento no contexto particular observado. De acordo com os resultados, apesar de existir um reconhecimento da importância da inclusão, assim como uma tendência favorável para acolher a multiculturalidade, esta situação enfrenta obstáculos consideráveis. Como fatores que restringem o sucesso das práticas inclusivas temos tempo insuficiente para apoio individualizado, as barreiras linguísticas, a carência de recursos humanos especializados e o fraco envolvimento das famílias. No que concerne às medidas implementadas (especialmente o apoio à aprendizagem do Português), apesar de serem bastante importantes, não são suficientes para garantir uma integração plena e justa.

Relativamente aos docentes, a maior parte sente-se preparada para trabalhar com alunos migrantes, no entanto, admite lacunas no que diz respeito à formação contínua em multiculturalidade e na capacidade de responder sistematicamente às necessidades desses mesmos alunos. Perante a necessidade de reforçar estratégias que contribuam para a valorização da identidade cultural, o sentimento de pertença e a interação temos a participação e o envolvimento das crianças migrantes na vida escolar.

As orientações e recomendações da literatura estão alinhadas com as sugestões dos participantes: maior flexibilidade do currículo, mediação cultural entre a escola e as famílias, reforço das equipas multidisciplinares, formação docente e implementação de apoio linguístico estruturado. Além disso, estas propostas requerem uma abordagem integrada, no sentido em que a inclusão não deve ser encarada como uma responsabilidade só do docente, mas sim como uma prática transversal a toda a comunidade educativa.

Este estudo ressalva a importância da educação intercultural (Banks, 2016), assim como da abordagem inclusiva (Ainscow, Booth e Dyson (2006), salientando que a inclusão é um processo educativo assim como social, o qual depende de condições pedagógicas, culturais e estruturais.

Uma vez que este estudo se foca num único contexto escolar, identificam-se limitações, já que não permite generalizações para outros cenários. Aliás, a recolha de dados num grupo mais alargado de participantes, abrangendo alunos migrantes e respetivas famílias certamente possibilitaria diversificar a perspetiva adquirida.

A inclusão de crianças migrantes envolve a valorização da diversidade como um recurso educativo, o diálogo intercultural e um compromisso persistente com a igualdade.

Apesar dos resultados indicarem uma atitude favorável dos profissionais é imprescindível reforçar recursos e aprofundar estratégias para que a inclusão seja efetivamente uma realidade vivida.

Em suma, a escola deve ser um local onde todas as crianças possam aprender, participar e em que se sintam totalmente integradas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Ainscow, M., & Booth, T. (2002). *Index for inclusion: Developing learning and participation in schools*. Bristol: Centre for Studies on Inclusive Education (CSIE).

Ainscow, M., Booth, T., & Dyson, A. (2006). *Improving schools, developing inclusion*. Routledge.

Agência Europeia para o Desenvolvimento da Educação Especial. (2012). *Perfil de Professores Inclusivos*. Dinamarca.

Agência para a Integração, Migrações e Asilo. (2025). *Relatório anual de estatísticas da imigração*. <https://www.aima.gov.pt>

Almeida, L.S. & Freire, T. (2008). *Metodologia da Investigação em Psicologia e Educação*. Braga: Psiquilíbrios (5ª Edição).

Almeida, J. (2018). Políticas de integração de migrantes em Portugal: desafios e perspetivas. *Revista Portuguesa de Sociologia*, 25(2), 135–154.

Almeida, M. (2023). *Programas Integrados de Educação e Formação: contributos para a inclusão social*. ESELx.

Amaral, A. et al. (2024). *Integração da educação socioemocional no ensino português*. U. Minho.

Amado, J., & Ferreira, S. (2017). *A entrevista na investigação educacional*. In J. Amado (Org.). *Manual de investigação qualitativa em Educação* (pp. 187- 197). Imprensa Universitária de Coimbra.

Anes, C. M. L. S. (2006). Imigrantes em Portugal: filhos ou enteados... (repositorioaberto.uab.pt)

Antunes, F. & Fernandes, S. (2023). *Educação não formal e inclusão: estudo de caso em IPSS*. Cadernos de Educação Social.

Banks, J. A. (2015). *Cultural Diversity and Education: Foundations, Curriculum, and Teaching*. Routledge.

Bardin, L. (2004). *Análise de Conteúdo*. Edições 70.

Bennett, M. J. (2011). *Developing intercultural competence through education*. In D. K. Deardorff (Ed.), *The SAGE Handbook of Intercultural Competence* (pp. 273–288). SAGE Publications.

Bolívar, A. (2011). *Liderazgo educativo: Una revisión actual del concepto*. *Professio*, 18(1), 7–26.

Botas, D. (2017). Histórias que a escola conta: integração de crianças imigrantes no 1.º ciclo de escolaridade. [Doutoramento em Educação e Interculturalidade]. Repositório Aberto da Universidade Aberta.

Cierco, T. (2017). Esclarecendo Conceitos: Refugiados, Asilados Políticos, Imigrantes Ilegais. Fluxos Migratórios e Refugiados na Atualidade, 11-25. Repositório Aberto da Universidade do Porto.

Cohodes, E. M., Kribakaran, S., Odriozola, P., Bakirci, S., McCauley, S., Hodges, H. R., Sisk, L. M., Zacharek, S. J., & Gee, D. G. (2021). Migration-related trauma and mental health among migrant children emigrating from Mexico and Central America to the United States: Effects on developmental neurobiology and implications for policy. *Developmental Psychobiology*, 63(6), e22158. <https://doi.org/10.1002/dev.22158>

Comissão Europeia/EACEA/Eurydice (2019a). *A Integração de alunos de origem migrante nas escolas da Europa: Políticas e medidas nacionais*. Relatório Eurydice. Serviço das Publicações da União Europeia. <https://data.europa.eu/doi/10.2797/76035>

Comissão Europeia. (2020). *Thematic Fiche: Inclusion of young refugees and migrants through education*. Working Group on Promoting Common Values and Inclusive Education.

Conselho Nacional de Educação (2023). *Recomendação n.º 4/2023*. Lisboa: CNE.

Day, C., & Sammons, P. (2013). *Successful leadership: A review of the international literature*. CfBT Education Trust.

Deardorff, D. K. (2009). *The SAGE Handbook of Intercultural Competence*. SAGE Publications.

Direção Geral da Educação. (2016). *Agenda europeia para as Migrações – Guia de Acolhimento: Educação Pré-Escolar, Ensino Básico, Ensino Secundário*.

Direção Geral da Educação (2022). *Inclusão de Alunos Migrantes em Meio Educativo – DGE* (dge.mec.pt).

Direção-Geral de Estatísticas da Educação e Ciência (DGEEC). (2020). *Relatório sobre a integração de alunos migrantes nas escolas portuguesas*. Ministério da Educação.

Duarte, U. J. C. (2019). Integração e inclusão escolar de alunos cabo-verdianos no 1.ºCEB: Estudo de Caso num Agrupamento de escolas da Amadora. [Dissertação para obtenção do grau de Mestre em Intervenção Social Escolar]. Repositório Científico do Instituto Politécnico de Castelo Branco.

Epstein, J. L. (2011). *School, Family, and Community Partnerships: Preparing Educators and Improving Schools*. Routledge.

Estrela, A. (1994). *Teoria e Prática de Observação de Classes: Uma estratégia de Formação de Professores*. Porto Editora.

Fonseca, M., Pereira, L., & Gomes, R. (2022). Parcerias escola-comunidade no apoio à integração de alunos migrantes. *Educação & Diversidade*, 15(3), 210–227.

Fortin, M. F. (2009). *Fundamentos e etapas do processo de investigação*. Loures: Lusociência.

García, O., & Torres, C. (2018). *Educación intercultural: entre la teoría y la práctica*. Ediciones Morata.

Gay, G. (2018). *Culturally Responsive Teaching: Theory, Research, and Practice*. Teachers College Press.

Gerson, D. (2024). Safeguarding migrant and refugee children. *Frontiers in Political Science*. (frontiersin.org)

Hartwig, F. (2022). *Educação em contexto migratório – desafios...* ([researchgate.net](https://www.researchgate.net))

Kusuma, Y. S., & Babu, B. V. (2024). *Effects of parental migration on children's schooling: A cross-sectional study of internal labour migrants in Delhi, India. Diaspora, Indigenous, and Minority Education*, (preprint). <https://doi.org/10.1080/15595692.2024.2433996>

Leithwood, K., Harris, A., & Hopkins, D. (2008). Seven strong claims about successful school leadership. *School Leadership & Management*, 28(1), 27–42.

Leonor, A. F. S. L. (2015). Brincar na diversidade: uma experiência de cultura na educação pré-escolar. [Relatório de estágio para obtenção do grau de Mestre em Educação Pré-Escolar e Ensino no 1.º Ciclo do Ensino Básico]. Universidade de Aveiro.

Lima, P. (2013). A escola e a interculturalidade: capacitar os atores para semear a mudança. [Trabalho de Projeto]. Repositório da Universidade de Lisboa.

Lopes, C. (2019). Contributos da língua e da cultura portuguesas para a Integração de Imigrantes e Ex-Imigrantes em Portugal. Repositório Universidade Nova.

Lorigo, M. (2011). Integração em contexto escolar de minorias em Portugal. [Trabalho de Projeto para obtenção de grau de Mestre em Ensino do Português]. Repositório Comum.

Matos, A., Silva, P., & Almeida, T. (2021). Participação comunitária e adaptação curricular em escolas multiculturais portuguesas. *Educação Hoje*, 28(3), 112–130.

Martins, A. S. (2008). A Escola e a Escolarização em Portugal. Representações dos Imigrantes da Europa de Leste. Alto Comissariado para a Imigração e Diálogo Intercultural.

McConnico, N., Boynton-Jarrett, R., Bailey, C. & Nandi, M. (2016). A Framework for Trauma. Sensitive Schools: Infusing Trauma-Informed Practices Into Early Childhood Education Systems. *Zero to three*, 36(5), 36-44.

Ministério da Educação. (2017). *Perfil dos Alunos à Saída da Escolaridade Obrigatória*. <https://www.dge.mec.pt>

Ministério da Educação (ME). (2021). *Programa Nacional para a Educação Intercultural*. Lisboa: ME.

Morais, L.; Velanga, C. Diversidade cultural na escola: desafios para a prática docente. *Revista Ensino de Ciências e Humanidades – Cidadania, Diversidade e Bem-estar*, n. 5(1), 9-32, 2021.

Musumeci, B. (2021). *Escolas sensíveis ao trauma: um modelo de intervenção e prevenção na primeira infância*. São Paulo. Editora Dialética.

Nieto, S. (2010). *The Light in Their Eyes: Creating Multicultural Learning Communities*. Teachers College Press.

OCDE (2018) e PISA 2018: desempenho de alunos imigrantes Portugal (observador.pt)

Pereira, R. (2019). O papel do educador de infância na inclusão de uma criança cuja língua materna não é o português. [Relatório de Estágio para obtenção de grau de mestre em Educação Pré-Escolar]. Repositório Científico do Instituto Politécnico de Lisboa.

Pereira, J. O., & Pinto, M. J. (2019). Educação inclusiva em contextos de diversidade cultural: práticas e desafios. *Revista Interações*, 15(49), 71–89.

Piscalho, I. (2021). Observar, refletir e narrar: ciclos estratégicos de ação autorregulada como processo formativo e de promoção da aprendizagem das crianças. [Tese de Doutoramento, Faculdade de Psicologia, Universidade de Lisboa]. Repositório da Universidade de Lisboa. <http://hdl.handle.net/10451/54672>

Portes, A., & Rumbaut, R. G. (2014). *Immigrant America: A Portrait*. University of California Press.

Prodanov, C. C., & Freitas, E. C. (2013). Metodologia do trabalho científico: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho académico. Feevale.

Observatório das Migrações. (2023). *Relatório Estatístico Anual 2022*. Alto Comissariado para as Migrações. <https://www.om.acm.gov.pt>

Observatório da Emigração. (2025). *Relatório sobre a população imigrante em Portugal*. <https://www.observatoriodaemigracao.pt>

OECD (2019). *The road to integration. OECD Reviews of migrant education*. OECD Publishing. <https://doi.org/10.1787/d8ceec5d-en>

OECD (2024). *Education at a Glance 2024: OECD Indicators*. OECD Publishing. <https://doi.org/10.1787/c00cad36-en>

Quivy, R., & Campenhout, V. (2008). *Manual de Investigação em Ciências Sociais*. Gradiva.

Ramalho, J. (2024). *Formação de professores, educação inclusiva e desenvolvimento*. U. Porto.

Ramos, N. (2007). Sociedades multiculturais, interculturalidade e educação. Desafios pedagógicos, comunicacionais e políticos. *Revista portuguesa de pedagogia*, 223-244.

Ribeiro, T., & Silva, F. (2019). Práticas interculturais em escolas portuguesas: experiências e resultados. *Revista Educação em Foco*, 14(1), 65–82.

Rodrigues, P. (2013). Multiculturalismo – A diversidade cultural na Escola. [Relatório para obtenção de grau de Mestre em Professores de 1.º Ciclo]. Repositório Comun. Science Animated. (2020, 13 de fevereiro). Trauma-informed schools and practices. [Video]. Youtube. <https://www.youtube.com/watch?v=TxL5Jw0TcDY&t=6s>

Rodrigues, R.B. (2020). *Diversidade sociocultural e inclusão escolar*. Ciência_Iscte. (ciencia.iscte-iul.pt)

Rodrigues, D. (2022). Incluir a inclusão. *Jornal de Letras*, 23 de março a 5 de abril, Educação e perspetivas.

Seabra, F. (2017). Equidade e Inclusão: Sentidos e Aproximações. In *Currículo, Inclusão e Educação Escolar* (pp. 763–778).

Silva, D. F. S. & Silva, S. M. (2018). Conhecer contextos, conhecer profissionais: contributo para explorar o desenvolvimento de competências interculturais em contextos educativos. *Revista Portuguesa de Educação*, 31(1), 38-60.

Silva, M. & Pinto, L. (2024). *Educação inclusiva e municípios: uma parceria necessária*. Revista Portuguesa de Educação.

Suárez-Orozco, C., Suárez-Orozco, M. M., & Todorova, I. (2011). *Learning a New Land: Immigrant Students in American Society*. Harvard University Press

Tavares, C. & Sanches, I. (2013). Gerir a diversidade: contributos da aprendizagem cooperativa para a construção de salas de aula inclusivas. *Revista Portuguesa de Educação*, 26(1), 307- 347.

Trauma Sensitive Schools. (2017, 25 de agosto). Why We Need Trauma-Sensitive Schools. [Vídeo]. Youtube.

<https://www.youtube.com/watch?v=vyQdOLl6d2c&t=8s>

Tuckman, B. W. (2000). *Conducting Educational Research: A Primer for Teachers and Administrators*. Praeger Publishers.

UNESCO. (1994). *The Salamanca Statement and Framework for Action on Special Needs Education*. Paris: United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization

UNESCO. (2006). *Guidelines on Intercultural Education*. Paris: UNESCO.

UNESCO (2020). *Résumé du rapport mondial de suivi sur l'Éducation. Inclusion et éducation: Tous, sans exception*. UNESCO. <https://unesdoc.unesco.org/search/c4a0d6c9-17ef-4b60-b935-892c37f961b2>

UNESCO. (2021). *Reimagining our futures together: A new social contract for education*. Paris: UNESCO.

LEGISLAÇÃO CONSULTADA

Decreto-lei n.º54/2018 do Ministério da Educação e Ciência. (2018). Diário da República: I Série, n.º129/2018. <https://diariodarepublica.pt/dr/detalhe/decretolei/54-2018-115652961>

Decreto-lei n.º55/2018 do Ministério da Educação e Ciência. (2018). Diário da República: I Série, n.º129/2018. <https://diariodarepublica.pt/dr/detalhe/decretolei/55-2018-115652962>

ANEXOS

ANEXO A – Inquérito por questionário aos docentes

Inclusão de Crianças Migrantes numa Escola Básica (Pré-Escolar e Primeiro Ciclo)

Este questionário tem como objetivo compreender a perceção dos docentes relativamente aos fatores que promovem e dificultam a inclusão de crianças migrantes numa escola básica, tanto na Educação Pré-Escolar como no Primeiro Ciclo do Ensino Básico. Para que seja possível, solicitamos a vossa cooperação para o preenchimento deste questionário. As respostas são anónimas e confidenciais e serão utilizadas exclusivamente para fins académicos. A sua participação, com resposta sincera, às questões apresentadas, será imprescindível para o sucesso deste projeto. O tempo estimado para preenchimento é de aproximadamente 5 a 10 minutos.

Agradecemos, desde já, a vossa colaboração!

* Obrigatória

1. Indique a sua idade, por favor: *

- ☐ 20-30 anos
- ☐ 31-40 anos
- ☐ 41-50 anos
- ☐ 51-60 anos
- ☐ mais de 60 anos

2. Por favor, indique o grau académico que possui. *

- ☐ Bacharelato
- ☐ Licenciatura
- ☐ Mestrado
- ☐ Doutoramento

3. Assinale a sua relação com o grupo/turma. *

- ☐ Educador(a) de Infância
- ☐ Professor(a) titular de turma
- ☐ Professor(a) de apoio educativo/educação especial
- ☐ Professor(a) coadjuvante
- ☐ Outra

4. Qual é o seu tempo de serviço nesta escola? *

- ☐ Menos de 5 anos
- ☐ 6 a 10 anos
- ☐ 11 a 20 anos
- ☐ Mais de 20 anos

5. Qual é o seu tempo de serviço? *

- ☐ Menos de 5 anos
- ☐ 6 a 10 anos
- ☐ 11 a 20 anos
- ☐ Mais de 20 anos

6. Na sua opinião, a escola está preparada para promover a inclusão de crianças migrantes? *

- ☐ Concordo totalmente
- ☐ Concordo
- ☐ Concordo parcialmente
- ☐ Não concordo nem discordo
- ☐ Discordo

7. Indique os principais desafios enfrentados na inclusão de crianças migrantes? *(Selecione até 3 opções)*

*

Selecione no máximo 3 opções.

- ☐ Barreiras linguísticas.
- ☐ Reduzido envolvimento das famílias migrantes na escola.
- ☐ Falta de formação dos docentes sobre diversidade cultural.
- ☐ Horas de apoio/acompanhamento não são suficientes.
- ☐ Ausência de apoio especializado (mediadores culturais, psicólogos, intérpretes).
- ☐ Falta de materiais de apoio e de apoios à comunicação.
- ☐ Espaços pouco apropriados e estruturados.
- ☐ Outra

8. Considera-se preparado(a) para lidar com a diversidade cultural em sala de aula? *

- ☐ Sim, totalmente.
- ☐ Sim, mas com algumas dificuldades.
- ☐ Sim, mas com muitas dificuldades.
- ☐ Não estou suficientemente preparado(a).

9. Como caracteriza o envolvimento das crianças migrantes nas atividades escolares? *

- ☐ Muito envolvidas.
- ☐ Razoavelmente envolvidas.
- ☐ Pouco envolvidas.
- ☐ Não sei responder.

10. Que medidas a escola já implementou para promover a inclusão de crianças migrantes? *(Selecione as que se aplicam)* *

- ☐ Aulas de apoio à aprendizagem da língua portuguesa.
- ☐ Mediação entre escola e famílias migrantes.
- ☐ Atividades interculturais (ex.: celebração de diferentes culturas).
- ☐ Formação para docentes e assistentes operacionais sobre a diversidade cultural.
- ☐ Apoio psicossocial às crianças migrantes.
- ☐ Recursos humanos especializados (psicólogos, mediadores culturais).
- ☐ Nenhuma medida foi implementada.
- ☐ Outra

11. Quais as estratégias que considera mais positivas para a inclusão de crianças migrantes na escola? *(Selecione as mais relevantes)*

- ***
- *
- ☐ Aulas de apoio à aprendizagem da língua portuguesa.
 - ☐ Mediação entre escola e famílias migrantes.
 - ☐ Atividades interculturais e dinâmicas de grupo.
 - ☐ Reforço de recursos humanos especializados (psicólogos, mediadores culturais).
 - ☐ Formação contínua para docentes e assistentes operacionais sobre a inclusão e a diversidade cultural.
 - ☐ Apoio psicossocial às crianças migrantes.
 - ☐ Outra

12. Na sua opinião, como avalia o impacto das estratégias de inclusão já implementadas? *

- ☐ Bastante positivo.
- ☐ Positivo.
- ☐ Razoável.
- ☐ Negativo.

13. Sob o seu ponto de vista, o que poderia ser melhorado para promover a inclusão de crianças migrantes na escola? *

ANEXO B – Guião da entrevista aos elementos da Direção e Coordenação

Para a elaboração do trabalho de investigação, um dos instrumentos de recolha de dados trata-se de uma entrevista semiestruturada, baseada no guião que se apresenta, à Diretora do Agrupamento de Escolas, à Coordenadora de Departamento (Primeiro Ciclo) e à Coordenadora de uma escola básica (Pré-escolar e Primeiro Ciclo). Todos os dados recolhidos serão exclusivamente para fins investigacionais, tendo em consideração todos os princípios de respeito, anonimato e confidencialidade dos participantes no projeto.

Tema: Inclusão de crianças migrantes
numa escola básica (educação pré-escolar e primeiro ciclo do ensino básico)

Blocos Temáticos	Objetivos	Formulário das questões (Inquérito por entrevista)
A Legitimação da entrevista e motivação do entrevistado.	- Apresentação da natureza do trabalho; - Dar a conhecer o tema e o objetivo geral da entrevista; - Motivar a colaboração do entrevistado/a.	✓ Solicitar permissão para o registo da entrevista; ✓ Garantir o caráter de confidencialidade das informações prestadas.
B Dados da caracterização.	- Recolher informações complementares que nos ajudarão na caracterização da amostra da população.	Formação académica e profissional: ✓ Idade ✓ Tempo de serviço docente ✓ Tempo de serviço na escola ✓ Tempo que exerce o cargo
C Perceção sobre a Inclusão de Crianças Migrantes	- Identificar as perceções da Direção/Coordenação relativamente aos desafios e boas práticas que influenciam a inclusão de crianças migrantes.	✓ Como descreveria a inclusão das crianças migrantes na escola? ✓ Quais são os principais desafios que estas crianças enfrentam no processo de inclusão escolar? ✓ Que fatores mais contribuem para uma inclusão bem-sucedida? ✓ Considera que a comunidade escolar (docentes, discentes, pais) está sensibilizada para a inclusão de crianças migrantes? Porquê?
D Ações e estratégias da Direção/Coordenação	- Analisar as ações e medidas adotadas pela escola para promover a inclusão.	✓ Que medidas ou políticas têm sido implementadas pela Direção para promover a inclusão das crianças migrantes? ✓ Qual o papel da Coordenação e de outras estruturas intermédias na inclusão de crianças migrantes? ✓ Quais são as decisões inerentes à inclusão dessas crianças (adaptação curricular, apoio pedagógico)?

		✓ Na escola existem programas específicos ou iniciativas para apoiar a integração das crianças migrantes? ✓ Existe alguma parceria com entidades externas (município, instituições de apoio) para apoiar estas crianças? Pode dar exemplos? ✓ Que desafios tem sofrido a Direção para promover a inclusão escolar das crianças migrantes?
E Desafios/Sugestões de melhoria	- Identificar necessidades e eventuais melhorias no contexto escolar para facilitar a inclusão.	✓ Na sua opinião, o que poderia ser melhorado na escola para facilitar a inclusão das crianças migrantes? ✓ Que tipo de apoio adicional (formação, recursos, políticas públicas) seria necessário para melhorar o processo de integração dessas crianças? ✓ Gostaria de referir algo que não tenha sido abordado?

ANEXO C – Transcrição das Entrevistas

B - Dados da caracterização

Objetivo deste bloco de questões: Recolher informações complementares que nos ajudarão na caracterização da amostra da população.

	Entrevista à Diretora	Entrevista à Coordenadora de Estabelecimento	Entrevista à Coordenadora de Departamento
Códigos	D	CE	CD
Cargo	Diretora	Coordenadora de Estabelecimento	Coordenadora de Departamento
Formação académica e profissional	Licenciatura em Ensino da Geografia e Pós-Graduação em Administração Escolar	Bacharelato + Formação complementar (B+FC) – 1.º Ciclo – Ensino Básico	Bacharelato + Formação complementar (B+FC) - 1.º Ciclo – Ensino Básico
Idade	47 anos	58 anos	59 anos
Tempo de serviço docente	24 anos	36 anos	38 anos
Tempo de serviço na escola	9 anos	11 anos	16 anos
Tempo que exerce o cargo	2 anos	1 ano	2 anos

C - Perceção sobre a Inclusão de Crianças Migrantes

Objetivo deste bloco de questões: - Identificar as perceções da Direção/Coordenação relativamente aos desafios e boas práticas que influenciam a inclusão de crianças migrantes.

	Entrevistada D	Entrevistada CE	Entrevistada CD
✓ Como descreveria a inclusão das crianças migrantes na escola?	Quando se trata de inclusão nunca falamos de um processo fácil, ágil e rápido. Mesmo assim, atrevo-me a dizer que é muito mais fácil fazer acontecer essa inclusão de modo positivo com crianças do que com adultos. A facilidade que as crianças têm em adaptar-se a novos contextos, ambientes e pessoas facilita e normaliza um processo que muitas vezes é mais dificultado e burocratizado pelos adultos.	A inclusão das crianças migrantes na escola é um passo essencial para garantir a igualdade de oportunidades e um ambiente acolhedor para todos. É fundamental promover a diversidade cultural, respeitar as diferenças e oferecer apoio pedagógico e emocional para que estas crianças se sintam parte da comunidade escolar. Os docentes e os pares têm um papel crucial na construção de um espaço onde a empatia, a amizade e o respeito sejam a base da aprendizagem. A	A inclusão das crianças migrantes na escola coloca, sem dúvida, enormes desafios, dado que se visa garantir que todas elas, independentemente da sua origem, tenham as mesmas oportunidades de aprendizagem e desenvolvimento. Trata-se de um processo complexo, nem sempre fácil.

✓ Quais são os principais desafios que estas crianças enfrentam no processo de inclusão escolar?	Os grandes desafios prendem-se, no contexto escolar, com a língua materna e com os diferentes currículos e modos de aprendizagem/ avaliação nos seus países de origem. Também há o desafio das elevadas expectativas, pois por vezes são alunos com muito bons desempenhos nos seus países de origem e as dificuldades que encontram no país de chegada leva a que esse desempenho não seja o que estão habituados, podendo haver uma maior	inclusão escolar não é apenas um direito, é também uma oportunidade de enriquecer a convivência preparando cidadãos mais solidários e conscientes da diversidade do mundo. As crianças migrantes enfrentam diversos desafios no processo de inclusão escolar que podem condicionar a sua aprendizagem, a socialização e o bem-estar. Temos a barreira linguística, uma vez que muitas crianças migrantes chegam à escola sem o domínio do idioma do português, o que dificulta a comunicação com os docentes, não docentes e colegas, além de comprometer a aprendizagem das disciplinas. Também as diferenças culturais, os costumes, valores e práticas educativas	Considero que os principais desafios são: - a barreira da língua (a comunicação é essencial para a aprendizagem e para a integração social); - eventuais experiências traumáticas pelas quais tenham passado nos seus países de origem (pode influenciar o seu comportamento e a sua capacidade de concentração); - discrepâncias entre o sistema educativo português e o dos países de origem, quer ao nível
---	--	--	--

	tendência à frustração e à desmotivação.	podem ser muito diferentes do país de origem. A adaptação ao sistema educativo, tendo em conta que os métodos de ensino, o currículo e as exigências académicas podem ser bastante diferentes. Não nos podemos esquecer também da baixa participação dos pais na educação. Muitas famílias migrantes enfrentam dificuldades financeiras ou trabalham longas horas e por vezes a dezenas de quilómetros da área de residência, o que pode limitar a sua participação na vida escolar dos filhos.	dos conteúdos, quer dos métodos e estratégias de ensino.
✓ Que fatores mais contribuem para uma inclusão bem-sucedida?	Os principais fatores são: a predisposição dos próprios, pois ninguém aprende se não o quiser fazer e ninguém se adapta a um	Para que a inclusão das crianças migrantes na escola seja bem-sucedida, diversos fatores precisam de estar alinhados, tais	De entre os vários fatores, saliento: - política de inclusão clara, por parte da escola recetora;

✓ Considera que a comunidade escolar (docentes, discentes, pais) está sensibilizada para a inclusão de crianças migrantes? Porquê?	local se não quiser estar; o esforço e a resiliência de ambas as partes (alunos e docentes) e acredito que o restante venha por acréscimo e naturalmente. A comunidade escolar está sensibilizada para essa inclusão, aliás acho efetivamente que onde é feita uma verdadeira inclusão é dentro dos portões das escolas, pois é onde as crianças gostam de estar, arranjam amigos, começam a ter contacto com a língua.	como, o acolhimento e a sensibilização da comunidade escolar, o apoio linguístico, a valorização da cultura de origem, a participação da família, o combate ao preconceito e à discriminação. A sensibilização da comunidade escolar para a inclusão de crianças migrantes varia bastante conforme o contexto social, político e cultural de cada país, região ou mesmo escola. Ainda há desafios significativos a serem superados. Embora a sensibilização tenha avançado em muitas comunidades escolares, ainda há um longo caminho a percorrer. O sucesso da inclusão depende de esforços contínuos para capacitar	- que todos os intervenientes (professores, funcionários...) estejam preparados para lidar com a diversidade cultural e linguística; - que a escola promova atividades entre os alunos locais e os alunos migrantes. Penso que sim, que existe um esforço da comunidade escolar para a inclusão de crianças migrantes, nomeadamente nos níveis iniciais (Pré-Escolar e Primeiro Ciclo, os que conheço melhor).
---	---	---	---

		professores, envolver estudantes e famílias, combater preconceitos e garantir apoio adequado às crianças migrantes.	
--	--	---	--

D - Ações e estratégias da Direção/Coordenação

Objetivo deste bloco de questões: Analisar as ações e medidas adotadas pela escola para promover a inclusão.

	Entrevistada D	Entrevistada CE	Entrevistada CD
✓ Que medidas ou políticas têm sido implementadas pela Direção para promover a inclusão das crianças migrantes?	Das diferentes medidas temos: PLNM (Português Língua Não Materna), equipa multidisciplinar do PEDIME com o Projeto de Acolhimento e Inclusão de Alunos Migrantes, Projeto REEI (Rede de Escolas para a Educação Intercultural) e Mediadora Cultural.	De acordo com as orientações da Direção-Geral da Educação (DGE), a Direção do Agrupamento de Escolas Cidade do Entroncamento (AECE) tem implementado diversas medidas e políticas para promover a inclusão de crianças migrantes no sistema educativo português. Há documentação publicada pela DGE com orientações para a "Inclusão de Alunos Migrantes em Meio Educativo", que identifica princípios, estratégias e recursos para melhorar os processos de inclusão dos alunos migrantes.	No início do ano letivo, a Direção receciona todos os alunos/pais, num clima de abertura, acolhimento e respeito pelas diferenças; proporciona, em conjunto com as estruturas intermédias (especialmente as Coordenações de Escola) um ambiente seguro e acolhedor, onde as crianças se sintam à vontade para aprender e interagir com os outros.

		Este documento visa auxiliar as escolas na implementação de medidas inclusivas, garantindo o direito à educação e à igualdade de oportunidades. Foi aprovado um Decreto-Lei que permite ao AECE colocar alunos estrangeiros no respetivo ano letivo sem necessidade de recorrer ao procedimento formal de equivalência. Esta medida agiliza o processo de integração e adaptação dos alunos migrantes ao ensino português. O incremento do português como língua não materna (PLNM) promove o ensino e a aprendizagem da língua portuguesa facilitando a integração dos imigrantes no sistema educativo e na sociedade em geral. Tem havido o compromisso de assegurar uma educação	
--	--	---	--

✓ Qual o papel da Coordenação e de outras estruturas intermédias na inclusão de crianças migrantes?	Para haver uma verdadeira inclusão tem de haver envolvimento de toda a comunidade educativa, assumindo as lideranças intermédias um papel fulcral nesse contexto.	inclusiva e de qualidade, valorizando a diversidade cultural e garantindo que as crianças e jovens migrantes tenham acesso equitativo às oportunidades educativas. A inclusão das crianças migrantes na escola é um trabalho conjunto entre a Coordenação, os docentes, os serviços de apoio e as famílias. O sucesso deste processo depende da articulação entre estas estruturas para garantir um ambiente acolhedor, respeitoso e favorável ao desenvolvimento de todos os alunos. A Coordenação tenta garantir que as políticas inclusivas sejam eficazes e adaptadas às necessidades específicas de cada aluno oferecendo	O papel da Coordenação e de outras estruturas intermédias é de extrema importância no levantamento de casos, de dificuldades, do facilitar a comunicação entre todos os intervenientes no processo educativo, nomeadamente entre os docentes e a Direção, na promoção da realização de atividades e de projetos.
--	--	---	---

✓ Quais são as decisões inerentes à inclusão dessas crianças (adaptação curricular, apoio pedagógico)?	Tem de haver sempre uma avaliação diagnóstica e depois, caso manifestem determinadas dificuldades, um acompanhamento por parte da EMAEI.	informações claras para as famílias, facilitando a integração inicial. Acompanha a evolução escolar e social destes alunos, identificando desafios e implementando soluções eficazes, ajudando a criar um ambiente escolar mais acolhedor para todos. A inclusão das crianças migrantes na escola exige um conjunto de decisões pedagógicas e organizacionais para garantir que elas tenham acesso à educação em condições de igualdade. - Flexibilização do currículo – ajustar conteúdos e metodologias para atender às necessidades dos alunos migrantes, especialmente no início da sua integração.	A adaptação curricular é fundamental para garantir que o conteúdo seja acessível a todos os alunos, independentemente do seu nível de proficiência linguística; o apoio pedagógico individualizado é essencial para ajudar as crianças migrantes a superar as suas dificuldades de aprendizagem e a desenvolver todas as suas potencialidades.
---	---	--	---

		- Ensino do Português Língua Não Materna (PLNM) – os alunos que não dominam o idioma recebem apoio específico para aprender português. - Apoio individualizado – há professores de apoio designados para acompanhar alunos que precisam de reforço escolar usando estratégias diferenciadas, para facilitar a aprendizagem. - Avaliação diferenciada – no início, podem ser aplicadas avaliações adaptadas para alunos que ainda estão a aprender a língua local. - Reuniões e eventos de integração – Incentivo à participação das famílias na comunidade escolar.	
--	--	--	--

✓ Na escola existem programas específicos ou iniciativas para apoiar a integração das crianças migrantes?	Existem: Projeto de Acolhimento e Inclusão de Alunos Migrantes (PEDIME) e Projeto REEI (Rede de Escolas para a Educação Intercultural).	Há medidas que visam assegurar que os alunos de origem migrante tenham acesso a uma educação de qualidade e que se integrem plenamente no ambiente escolar. Na nossa escola o ensino do Português Língua Não Materna (PLNM) tem sido o maior foco para facilitar a integração linguística. Este programa tem sido essencial para que os alunos adquiram competências linguísticas necessárias à sua integração académica e social.	Existem grupos de apoio educativo, especialmente o de Português Língua Não Materna. Existem ainda projetos desenvolvidas nas turmas, nos Domínios de Autonomia Curricular, por exemplo, onde são exploradas as características culturais dos grupos de origem das crianças, para que todos fiquem mais enriquecidos com a diversidade.
✓ Existe alguma parceria com entidades externas (município, instituições de apoio) para apoiar estas crianças? Pode dar exemplos?	Sim, principalmente com o Município, no âmbito do PEDIME.	Há parcerias com entidades externas para apoiar a integração das crianças migrantes nas escolas, ao nível da autarquia. Essas parcerias visam garantir o acesso à educação, apoiar a integração social e cultural, e	Desconheço.

		oferecer suporte às famílias: apoio social e logístico; projetos de inclusão social; parcerias com instituições de apoio a migrantes - Centro Local de Apoio à Integração de Imigrantes (CLAIM). Estas parcerias são essenciais para garantir que as crianças migrantes não tenham apenas acesso à educação, mas também que se sintam acolhidas e apoiadas na sua integração social e cultural. No Entroncamento, essas iniciativas só são possíveis se existir trabalho colaborativo entre a Direção do AECE, o município e as organizações da sociedade civil.	
✓ Que desafios tem sofrido a Direção para promover a inclusão escolar das crianças migrantes?	Os desafios são os comuns a outras zonas de Portugal, uma pressão de rede enorme, a	A Direção do Agrupamento de Escolas Cidade do Entroncamento (AECE), como	Penso que o maior desafio da Direção é a inclusão escolar das crianças migrantes em turmas já

	dificuldade em ter docentes, pessoal não docente e técnicos suficientes para conseguir dar resposta a esta chegada contínua de alunos.	muitas outras, enfrenta desafios significativos ao tentar promover a inclusão escolar das crianças migrantes. Esses desafios exigem estratégias multifacetadas que envolvem a adaptação curricular, a formação contínua dos docentes, o suporte emocional e social, a sensibilização cultural e, sobretudo, o acolhimento da comunidade escolar como um todo. Trabalhar em parceria com o município e outras entidades externas também é crucial para garantir que as crianças migrantes tenham as condições necessárias para se integrar e ter sucesso no sistema escolar.	completas ou que incluem casos de grandes necessidades/crianças de Educação Especial, com níveis gravíssimos de desenvolvimento.
--	---	---	---

E - Desafios/Sugestões de melhoria

Objetivo deste bloco de questões: Identificar necessidades e eventuais melhorias no contexto escolar para facilitar a inclusão.

	Entrevistada D	Entrevistada CE	Entrevistada CD
✓ Na sua opinião, o que poderia ser melhorado na escola para facilitar a inclusão das crianças migrantes?	Os alunos deviam fazer avaliações específicas e serem colocados no ano adequado aos seus conhecimentos e também poderia haver um ano 0, onde apenas fosse trabalhada a língua.	Para facilitar ainda mais a inclusão das crianças migrantes na escola, acredito que há algumas áreas que poderiam ser melhoradas, considerando as particularidades do contexto escolar e as necessidades dessas crianças. Refiro-me a: - Reforçar o ensino de Língua Portuguesa, uma vez que a barreira linguística é um dos maiores desafios para a inclusão escolar de crianças migrantes. É fundamental o ensino de	Na minha opinião, a escola deveria ter mais recursos humanos, não só docentes, mas outros técnicos como psicólogos, assistentes sociais...

		Português Língua Não Materna (PLNM). - A utilização de tecnologias implementando plataformas digitais e aplicações que auxiliem na aprendizagem do idioma, especialmente no início, quando a criança ainda se está a adaptar ao português. - Material didático bilingue, ter materiais escolares em diferentes idiomas pode ajudar os alunos a acompanhar o conteúdo durante os primeiros meses de adaptação. - O apoio psicológico constante, implementando programas de apoio psicológico contínuo e especializado para lidar com questões emocionais e ajudar as crianças à adaptação do novo ambiente. - Sensibilização e Formação de docentes e não docentes sobre a diversidade cultural e as	
--	--	---	--

✓ Que tipo de apoio adicional (formação, recursos, políticas públicas) seria necessário para melhorar o processo de integração dessas crianças?	Maior autonomia das escolas para aceitar ou não mais alunos quando já tem alunos supranumerários em todas as turmas e para os colocar em anos	especificidades dos alunos migrantes. - Melhorar a comunicação com as famílias, a inclusão das crianças migrantes envolve também a participação ativa das famílias. Melhorar a inclusão de crianças migrantes na escola é um processo contínuo que envolve um trabalho conjunto entre docentes, não docentes, famílias, alunos e comunidade local. A adoção destas medidas poderia criar um ambiente mais acolhedor, inclusivo e adaptado às necessidades destas crianças. Para melhorar o processo de integração das crianças migrantes nas escolas, é fundamental adotar um conjunto de apoios adicionais, tanto ao nível educativo quanto	A formação é, com certeza, de extrema importância, formação que inclua docentes, funcionários e os próprios pais.
--	--	--	--

	de escolaridade diferentes das suas equivalências.	social, que envolvam formação, recursos e políticas públicas adequadas. Falo de Formação de Educadores e Profissionais de Educação, Recursos Didáticos e Tecnológicos, Políticas Públicas para a Inclusão, Apoio Psicossocial e Terapêutico, Parcerias com Entidades Externas e Promoção de Ambientes Escolares Inclusivos. É necessário um esforço conjunto entre a Direção do AECE, o município, as famílias e a comunidade. O sucesso da integração depende de um compromisso coletivo para garantir que todas as crianças, independentemente da sua origem, tenham as mesmas oportunidades de aprender e crescer no ambiente escolar.	
--	--	---	--

✓ Gostaria de referir algo que não tenha sido abordado?	Gostava de referir que percebo a preocupação com as crianças migrantes, mas acho que nos debruçamos demasiado com questões como ‘quantas crianças migrantes o agrupamento tem, quais as suas nacionalidades, etc...eu prefiro, em vez de os distinguir, unir... por isso prefiro falar de alunos, pois todos, migrantes ou não, têm desafios, dificuldades e necessitam de preocupação e trabalho, pois todos são simplesmente crianças.	O processo de inclusão das crianças migrantes nas escolas não é apenas uma questão de políticas e práticas pedagógicas, mas também de empoderamento e respeito à identidade destas crianças. Ao valorizarmos as suas experiências e culturas, ao escutá-las e ao garantirmos um ambiente escolar que promova a equidade e a participação ativa, conseguimos criar condições para que estes alunos se integrem plenamente e se sintam pertencentes à comunidade escolar. É fundamental a colaboração entre as famílias, escolas e comunidade para garantir o sucesso de todo o processo de integração.	Não.
--	---	---	-------------

ANEXO D – Análise dos dados recolhidos das entrevistas

Análise dos dados recolhidos das entrevistas

Categorias de análise

- A) Apreciação do processo de Inclusão de Crianças na Escola
- B) Medidas definidas / estratégias existentes
- C) Fatores positivos no processo da inclusão
- D) Dificuldades sentidas na inclusão
- E) Sugestões de melhoria

A) Apreciação do processo de Inclusão na Escola		
D	CE	CD
“Quando se trata de inclusão nunca falamos de um processo fácil, ágil e rápido. Mesmo assim, atrevo-me a dizer que é muito mais fácil fazer acontecer essa inclusão de modo positivo com crianças do que com adultos. A facilidade que as crianças têm em adaptar-se a novos	“A inclusão das crianças migrantes na escola é um passo essencial para garantir a igualdade de oportunidades e um ambiente acolhedor para todos. É fundamental promover a diversidade cultural, respeitar as diferenças e oferecer apoio pedagógico e emocional para que estas crianças se	“A inclusão das crianças migrantes na escola coloca, sem dúvida, enormes desafios, dado que se visa garantir que todas elas, independentemente da sua origem, tenham as mesmas oportunidades de aprendizagem e desenvolvimento.

contextos, ambientes e pessoas facilita e normaliza um processo que muitas vezes é mais dificultado e burocratizado pelos adultos.” “Para haver uma verdadeira inclusão tem de haver envolvimento de toda a comunidade educativa, assumindo as lideranças intermédias um papel fulcral nesse contexto.” “Tem de haver sempre uma avaliação diagnóstica e depois, caso manifestem determinadas dificuldades, um acompanhamento por parte da EMAEI.”	sintam parte da comunidade escolar. Os docentes e os pares têm um papel crucial na construção de um espaço onde a empatia, a amizade e o respeito sejam a base da aprendizagem. A inclusão escolar não é apenas um direito, é também uma oportunidade de enriquecer a convivência preparando cidadãos mais solidários e conscientes da diversidade do mundo.” “A inclusão das crianças migrantes na escola é um trabalho conjunto entre a Coordenação, os docentes, os serviços de apoio e as famílias. O sucesso deste processo depende da articulação entre estas estruturas para garantir um ambiente acolhedor, respeitoso e favorável ao desenvolvimento de todos os alunos. A Coordenação tenta garantir que as políticas inclusivas sejam eficazes e adaptadas às necessidades específicas de	Trata-se de um processo complexo, nem sempre fácil.” “O papel da Coordenação e de outras estruturas intermédias é de extrema importância no levantamento de casos, de dificuldades, do facilitar a comunicação entre todos os intervenientes no processo educativo, nomeadamente entre os docentes e a Direção, na promoção da realização de atividades e de projetos.” “A adaptação curricular é fundamental para garantir que o conteúdo seja acessível a todos os alunos, independentemente do seu nível de proficiência linguística; o apoio pedagógico individualizado é essencial para ajudar as crianças migrantes a superar as suas dificuldades de aprendizagem e a desenvolver todas as suas potencialidades.”
---	--	---

	cada aluno oferecendo informações claras para as famílias, facilitando a integração inicial. Acompanha a evolução escolar e social destes alunos, identificando desafios e implementando soluções eficazes, ajudando a criar um ambiente escolar mais acolhedor para todos.” “A inclusão das crianças migrantes na escola exige um conjunto de decisões pedagógicas e organizacionais para garantir que elas tenham acesso à educação em condições de igualdade. - Flexibilização do currículo – ajustar conteúdos e metodologias para atender às necessidades dos alunos migrantes, especialmente no início da sua integração. - Ensino do Português Língua Não Materna (PLNM) – os alunos que não dominam o idioma recebem - Apoio individualizado – há professores de apoio designados para	
--	---	--

	acompanhar alunos que precisam de reforço escolar usando estratégias diferenciadas, para facilitar a aprendizagem. - Avaliação diferenciada – no início, podem ser aplicadas avaliações adaptadas para alunos que ainda estão a aprender a língua local. - Reuniões e eventos de integração – Incentivo à participação das famílias na comunidade escolar.”	
B) Medidas definidas / estratégias existentes		
D	CE	CD
“A comunidade escolar está sensibilizada para essa inclusão, aliás acho efetivamente que onde é feita uma verdadeira inclusão é	“... esforços contínuos para capacitar professores, envolver estudantes e famílias,	“... existe um esforço da comunidade escolar para a inclusão de crianças migrantes, nomeadamente nos níveis

dentro dos portões das escolas, pois é onde as crianças gostam de estar, arranjam amigos, começam a ter contacto com a língua.” “Das diferentes medidas temos: PLNM (Português Língua Não Materna), equipa multidisciplinar do PEDIME com o Projeto de Acolhimento e Inclusão de Alunos Migrantes, Projeto REEI (Rede de Escolas para a Educação Intercultural) e Mediadora Cultural.” “... Projeto de Acolhimento e Inclusão de Alunos Migrantes (PEDIME) e Projeto REEI (Rede de Escolas para a Educação Intercultural).”	combater preconceitos e garantir apoio adequado às crianças migrantes.” “... o ensino do Português Língua Não Materna (PLNM) tem sido o maior foco para facilitar a integração linguística. Este programa tem sido essencial para que os alunos adquiram competências linguísticas necessárias à sua integração académica e social.” “... a Direção do Agrupamento de Escolas Cidade do Entroncamento (AECE) tem implementado diversas medidas e políticas para promover a inclusão de crianças migrantes no sistema educativo português. Há documentação publicada pela DGE com orientações para a "Inclusão de Alunos Migrantes em Meio Educativo", que identifica princípios, estratégias e recursos para melhorar os processos de inclusão dos	iniciais (Pré-Escolar e Primeiro Ciclo, os que conheço melhor).” “... levantamento de casos, de dificuldades, do facilitar a comunicação entre todos os intervenientes no processo educativo, nomeadamente entre os docentes e a Direção, na promoção da realização de atividades e de projetos.” “No início do ano letivo, a Direção receciona todos os alunos/pais, num clima de abertura, acolhimento e respeito pelas diferenças; proporciona, em conjunto com as estruturas intermédias (especialmente as Coordenações de Escola) um ambiente seguro e acolhedor, onde as crianças se sintam à vontade para aprender e interagir com os outros.
--	---	---

	alunos migrantes. Este documento visa auxiliar as escolas na implementação de medidas inclusivas, garantindo o direito à educação e à igualdade de oportunidades. Foi aprovado um Decreto-Lei que permite ao AECE colocar alunos estrangeiros no respetivo ano letivo sem necessidade de recorrer ao procedimento formal de equivalência. Esta medida agiliza o processo de integração e adaptação dos alunos migrantes ao ensino português. O incremento do português como língua não materna (PLNM) promove o ensino e a aprendizagem da língua portuguesa facilitando a integração dos imigrantes no sistema educativo e na sociedade em geral. Tem havido o compromisso de assegurar uma educação inclusiva e de qualidade, valorizando a diversidade cultural e garantindo que as crianças e jovens migrantes tenham acesso equitativo às oportunidades educativas.”	“Existem grupos de apoio educativo, especialmente o de Português Língua Não Materna. Existem ainda projetos desenvolvidas nas turmas, nos Domínios de Autonomia Curricular, por exemplo, onde são exploradas as características culturais dos grupos de origem das crianças, para que todos fiquem mais enriquecidos com a diversidade.”
--	---	--

C) Fatores positivos no processo da inclusão		
D	CE	CD
“...a predisposição dos próprios, pois ninguém aprende se não o quiser fazer e ninguém se adapta a um local se não quiser estar; o esforço e a resiliência de ambas as partes (alunos e docentes) e acredito que o restante venha por acréscimo e naturalmente.”	“... o acolhimento e a sensibilização da comunidade escolar, o apoio linguístico, a valorização da cultura de origem, a participação da família, o combate ao preconceito e à discriminação.”	“De entre os vários fatores, saliento: - política de inclusão clara, por parte da escola recetora; - que todos os intervenientes (professores, funcionários...) estejam preparados para lidar com a diversidade cultural e linguística; - que a escola promova atividades entre os alunos locais e os alunos migrantes.”
D) Dificuldades sentidas na inclusão		
D	CE	CD

“... prendem-se, no contexto escolar, com a língua materna e com os diferentes currículos e modos de aprendizagem/avaliação nos seus países de origem. Também há o desafio das elevadas expectativas, pois por vezes são alunos com muito bons desempenhos nos seus países de origem e as dificuldades que encontram no país de chegada leva a que esse desempenho não seja o que estão habituados, podendo haver uma maior tendência à frustração e à desmotivação.” “...uma pressão de rede enorme, a dificuldade em ter docentes, pessoal não docente e técnicos suficientes para conseguir dar resposta a esta chegada contínua de alunos.”	“Temos a barreira linguística, uma vez que muitas crianças migrantes chegam à escola sem o domínio do idioma do português, o que dificulta a comunicação com os docentes, não docentes e colegas, além de comprometer a aprendizagem das disciplinas. Também as diferenças culturais, os costumes, valores e práticas educativas podem ser muito diferentes do país de origem. A adaptação ao sistema educativo, tendo em conta que os métodos de ensino, o currículo e as exigências académicas podem ser bastante diferentes. Não nos podemos esquecer também da baixa participação dos pais na educação. Muitas famílias migrantes enfrentam dificuldades financeiras ou trabalham longas horas e por vezes a dezenas de quilómetros da área de residência, o que pode limitar a sua participação na vida escolar dos filhos.”	“Considero que os principais desafios são: - a barreira da língua (a comunicação é essencial para a aprendizagem e para a integração social); - eventuais experiências traumáticas pelas quais tenham passado nos seus países de origem (pode influenciar o seu comportamento e a sua capacidade de concentração); - discrepâncias entre o sistema educativo português e o dos países de origem, quer ao nível dos conteúdos, quer dos métodos e estratégias de ensino.” “Penso que o maior desafio da Direção é a inclusão escolar das crianças migrantes em turmas já completas ou que incluem casos de grandes necessidades/crianças de Educação Especial, com níveis gravíssimos de desenvolvimento.”
---	---	---

	“... desafios significativos ao tentar promover a inclusão escolar das crianças migrantes. Esses desafios exigem estratégias multifacetadas que envolvem a adaptação curricular, a formação contínua dos docentes, o suporte emocional e social, a sensibilização cultural e, sobretudo, o acolhimento da comunidade escolar como um todo.”	
E) Sugestões de melhoria		
D	CE	CD
“Os alunos deviam fazer avaliações específicas e serem colocados no ano adequado aos seus conhecimentos e	“- Reforçar o ensino de Língua Portuguesa, uma vez que a barreira linguística é um dos maiores desafios para a inclusão escolar de	“Na minha opinião, a escola deveria ter mais recursos humanos, não só docentes, mas outros técnicos como psicólogos, assistentes sociais...”

também poderia haver um ano 0, onde apenas fosse trabalhada a língua.” “Maior autonomia das escolas para aceitar ou não mais alunos quando já tem alunos supranumerários em todas as turmas e para os colocar em anos de escolaridade diferentes das suas equivalências.”	crianças migrantes. É fundamental o ensino de Português Língua Não Materna (PLNM). - A utilização de tecnologias implementando plataformas digitais e aplicações que auxiliem na aprendizagem do idioma, especialmente no início, quando a criança ainda se está a adaptar ao português. - Material didático bilingue, ter materiais escolares em diferentes idiomas pode ajudar os alunos a acompanhar o conteúdo durante os primeiros meses de adaptação. - O apoio psicológico constante, implementando programas de apoio psicológico contínuo e especializado para lidar com questões emocionais e ajudar as crianças à adaptação do novo ambiente. - Sensibilização e Formação de docentes e não docentes sobre a diversidade cultural e as especificidades dos alunos migrantes. - Melhorar a comunicação com as famílias, a inclusão das crianças migrantes envolve também a participação ativa das famílias.	“A formação é, com certeza, de extrema importância, formação que inclua docentes, funcionários e os próprios pais.”
---	--	--

	Melhorar a inclusão de crianças migrantes na escola é um processo contínuo que envolve um trabalho conjunto entre docentes, não docentes, famílias, alunos e comunidade local. A adoção destas medidas poderia criar um ambiente mais acolhedor, inclusivo e adaptado às necessidades destas crianças.” “Para melhorar o processo de integração das crianças migrantes nas escolas, é fundamental adotar um conjunto de apoios adicionais, tanto ao nível educativo quanto social, que envolvam formação, recursos e políticas públicas adequadas. Falo de Formação de Educadores e Profissionais de Educação, Recursos Didáticos e Tecnológicos, Políticas Públicas para a Inclusão, Apoio Psicossocial e Terapêutico, Parcerias com Entidades Externas e	
--	--	--

	Promoção de Ambientes Escolares Inclusivos. É necessário um esforço conjunto entre a Direção do AECE, o município, as famílias e a comunidade. O sucesso da integração depende de um compromisso coletivo para garantir que todas as crianças, independentemente da sua origem, tenham as mesmas oportunidades de aprender e crescer no ambiente escolar.”	
--	--	--

ANEXO E – Autorização

Exma. Sra. Diretora do Agrupamento de
Escolas Cidade do Entroncamento

O meu nome é Rute Correia e estou a realizar um trabalho de investigação no âmbito do Curso de Mestrado em Educação na área da Administração Escolar, na Escola Superior de Educação do Instituto Politécnico de Santarém, com o tema “Inclusão de crianças migrantes numa escola básica (educação pré-escolar e primeiro ciclo do ensino básico)”, sob orientação da Professora Maria João Cardona.

Para que tal seja possível, venho por este meio solicitar a vossa excelência a autorização para aplicação de um questionário online aos docentes de uma das vossas escolas e entrevistas a elementos da Direção e Coordenação do vosso agrupamento de escolas. Comprometendo-me a respeitar eticamente todos os participantes, saliento que todos os dados recolhidos são confidenciais e anónimos, não tendo esta recolha outra intenção além da que foi acima descrita.

Agradeço a vossa resposta para o email risa.correia@hotmail.com

Apresento, desde já, os meus agradecimentos e deixo os melhores cumprimentos.

Rute Isabel Matos Correia

Assinado por: **Rute Isabel Matos Correia**
Num. de identificação: 11789488
Data: 2025.03.05 13:25:43+00'00'